UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INTITUTO DE LETRAS

Maria Noêmi Freire da Costa Freitas

Cigarras, formigas, severinos e cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo

Volume I

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Maria Noêmi Freire da Costa Freitas

Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Profª. Drª. Darcilia Marindir Pinto Simões

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

F866 Freitas, Maria Noêmi Freire da Costa.
Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo / Maria Noemi Freire da Costa Freitas. – 2008.
2v.

Orientadora : Darcilia Marindir Pinto Simões.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Substantivo – Teses. 2. Referência (Linguística) – Teses. 3. Significação (Filosofia) – Teses. 4. Semântica (Filosofia) – Teses. 5. Cognição – Teses. 6. Intertextualidade – Teses. 7. Semiótica – Teses. I. Simões, Darcilia Marindir Pinto. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 801.2.22

Maria Noêmi Freire da Costa Freitas

Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do titulo de Mestre, ao programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada com distinção em 13 de março de 2008.

Banca examinadora:

_____

Profª. Drª. Darcilia Marindir Pinto Simões (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

_____

Profª. Drª. Maria Emilia Barcellos da Silva
Instituto de Letras da UERJ

_____

Profª. Drª. Rosane Santos Mauro Monnerat
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro

2008

AGRADECIMENTOS

À Darcilia Simões, minha orientadora, pelo empenho e acompanhamento incansáveis.

Aos professores Gustavo Adolfo, André Crim Valente, Maria Teresa G. Pereira e Helênio Fonseca, que acreditaram e engrandeceram a minha pesquisa.

Às professoras Rosane Santos Mauro Monnerat, Maria Emilia Barcellos, Vania Lúcia Rodrigues Dutra e Aira Suzana Martins pela valiosa contribuição para a revisão deste trabalho.

Ao Marco, à Camila, ao Marcelo e ao Rodrigo (meus familiares), pela compreensão, apoio e colaboração em todos os momentos.

Aos colegas e amigos que me incentivaram e me encorajaram.

Os nomes são, em absoluto, inerentes às coisas, na suposição de que elas estão sujeitas ao movimento, ao fluxo e ao devir.

Sócrates (in Platão: Crátilo, vs. Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994: 82)

…que sont faits les noms?

E. Chambry & L. Méridier (op. cit.:129)

…en vue de quoi on enónce des noms?

L. Robin (op.cit.: 129)

... quem conhecer os nomes conhece também as coisas.

Crátilo (op. cit.: 147)

FREITAS, Maria Noêmi Freire da Costa. *Cigarras, formigas, severinos & cia.:* um olhar atento para a iconicidade do substantivo. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 114 p.

RESUMO

Estudo do potencial icônico-comunicativo do substantivo, baseado na eleição dos signos pelo enunciador. Fundamentação semiótico-discursiva que dialoga com a lingüística de texto e investiga como se dá a construção da significação, levando em conta os fatores que interferem na produção do texto. Refletindo sobre o percurso avaliativo pelo qual passa o signo antes que entre em ação, inicia-se uma busca do processo de construção do significado na interação, considerada a produção da significação desejada por parte do enunciador e, possivelmente, pelo leitor (co-enunciador). Essa atividade de produção de sentido pode ser um processo mais ou menos elaborado, o qual se encontra condicionado à intenção do enunciador, ao repertório e à habilidade lingüística dos interlocutores, assim como às condições da interação. O nome (signo) eleito resultará num recurso instrutivo para a leitura do texto e compreensão da situação em que for empregado. Perseguiram-se os fatores interferentes na seleção do substantivo e a produção dos efeitos de sentido. Este estudo explora o potencial semântico do substantivo, através da investigação do seu aspecto icônico, tendo em vista contribuir para a eficácia da prática e do ensino da leitura.

Palavras-chave: Substantivo – Iconicidade – Mecanismos de leitura

RESUMEN

Estudio del potencial icónico- comunicativo del sustantivo basado en la elección de los signos por el enunciador. Fundamentación semiótico-discursiva que dialoga con la lingüística del texto e investiga cómo se da la construcción de la significación tiendo en cuenta los factores que intervienen en la producción del hecho de habla. Reflexionando sobre el proceso evaluativo pelo cual pasa el signo antes de que se lo ponga en acción, hiciérase una búsqueda del proceso de construcción del significado en el proceso interaccional hacia la producción de la significación deseada por el enunciador y, posiblemente por el lector (*co-enunciador*). Esa actividad de producción del sentido puede ser un proceso más o menos elaborado, el cual encuéntrase condicionado a la intención del enunciador, al repertorio y a la habilidad lingüística de los interlocutores, así como a las condiciones de la interacción. El nombre (signo) elegido resultará como un recurso instructivo para la lectura del texto y comprensión de la situación en que es empleado. Fueron buscados los factores interferentes en la selección del sustantivo y la producción de los efectos de sentido. Este estudio explora el potencial semántico del sustantivo, a través de la investigación del aspecto icónico, teniendo en vista contribuir para a eficacia de la practica y del la enseñanza de la lectura.

Palabras-llave: Sustantivo. Iconicidad. Mecanismos de lectura.

SINOPSE

Aspectos cognitivos da leitura. Marcas formais do texto como ‘pistas de leitura’. Cognição social. Enquadres cognitivos. Compreensão semântico-pragmática. Relativismo cognitivo. Iconicidade e plasticidade. Isotopias. Linguagem e cultura. A formação de leitores. O ensino da gramática. Signos orientadores e signos desorientadores. Adequação vocabular. Relativismo semântico. Denotação e conotação. Signo ideológico. Iconicidade do substantivo. Conteúdo subjetivo. Seleção vocabular. Valor atributivo do substantivo. Valores referenciais. Polifonia e intertextualidade. A perspectiva dos gêneros de Bakhtin. Iconicidade e expressividade. Iconicidade na criação neológica substantiva.

SUMÁRIO

A PROPOSTA 10
INTRODUÇÃO 12
1- **ASPECTOS COGNITIVOS DA LEITURA** 18
1.1- **Considerações sobre o processamento da leitura** 18
1.2- **Outra perspectiva a considerar** 20
2- **PRESSUPOSTOS SEMIÓTICOS** 23
2.1- **Iconicidade e plasticidade** 23
2.2- **A formação de leitores** 24
2.3- **Seleção lexical e isotopias** 27
2.4- **A extensão dos conceitos de 'signo' e 'representação'** 29
2.5- **Signo ideológico, significação e tema, em Bakhtin: conceitos** 32
2.6- **A semiótica de Peirce: um caminho para a leitura** 33
2.7- **Visão semiótico-estilística do substantivo** 34
2.8- **Signo icônico e metáfora** 35
3- **O NOME NO DISCURSO: UM OLHAR ATENTO PARA A ICONICIDADE DO SUBSTANTIVO** 40
3.1- **Situação do tema em relação a estudos anteriores das classes de palavras** . 40
3.2- **O processo de escolha e a evolução semântica** 43
3.3- **Visão pragmática** 46
3.3.1- **Os princípios gerais da significação na perspectiva pragmática dos 'atos de fala'** 46
3.3.2- **A 'referenciação' como ato de fala** 49
3.3.3- **Valor referencial do substantivo** 51
3.4- **Gênero, polifonia e intertextualidade na produção da iconicidade do substantivo** 55
3.4.1- **Polifonia e intertextualidade** 55
3.4.2- **A perspectiva do gênero** 59
3.5- **Valor atributivo: iconicidade e expressividade** 62
3.5.1- **Um diálogo com Guerra da Cal** 62
3.5.2- **A visão de Rodrigues Lapa** 65
3.6- **Criações neológicas substantivas** 70
4- **ANÁLISE DO *CORPUS*** 72
4.1. **Análise 1** 72
4.2. **Análise 2** 73
4.3. **Análise 3** 74
4.4. **Análise 4** 76
4.5. **Análise 5** 78
4.6. **Análise 6** 79
5- **CONCLUSÃO** 84
6- **BIBLIOGRAFIA** 87
ANEXOS 91
Anexo I 92
Anexo II 95
Anexo III 97

Anexo IV..... 98
Anexo V..... 99
Anexo VI..... 101
Anexo VII.....102
Anexo VIII........103
Anexo IX 104
Anexo X 105
Anexo XI 106
Anexo XII..... 108
Anexo XIII..... 109
Anexo XIV.....110
Anexo XV.....111
Anexo XVI..... 112
Anexo XVII..... 113
Anexo XVIII..... 114

A PROPOSTA

A proposta deste trabalho é provocar uma reflexão nos nossos leitores sobre o potencial icônico do substantivo, com vistas à valorização do valor semântico desta classe gramatical, normalmente tratada, no ensino da língua nacional, como "classe objetiva". Esse tratamento convencional sugere uma relação estreita entre significante e significado, como se nomear fosse um mero modo de etiquetar as coisas, e como se a escolha de um substantivo por parte de um enunciador nada tivesse a acrescentar ao sentido dos textos.

Acreditamos numa relação dinâmica entre o substantivo e o objeto nomeado, motivada pela iconicidade dos nomes e com potencial instrutivo para a produção dos sentidos dos textos de que fazem parte.

A perspectiva semiótica, construída por Simões com fundamento na teoria de Peirce, é um bom caminho para este estudo da iconicidade do substantivo à medida que, na sua compreensão triádica do signo, a abertura da base do triângulo indica um potencial ilimitado de semiose, onde entram em luta os múltiplos interpretantes, no processo de atualização do significado. A iconicidade é aqui entendida como a instância dessa luta dos interpretantes do signo, da qual resulta um interpretante final, porém não-definitivo (cf. Santaella, 2002: 41).

Talvez o nosso leitor resista à noção de *semiose ilimitada*, já questionada e discutida por alguns teóricos, mas devemos esclarecer que, no espaço deste trabalho, interessa-nos a abertura da base do triângulo porque ela dá margem ao caráter dinâmico do significado. Se há e quais são os limites na interioridade ou na exterioridade dos enunciados, isso é outra questão, que poderá ser discutida mais adiante, noutra pesquisa, para que não se desvie o caminho que ora propusemos percorrer.

A visão dialógica e a teoria do enunciado concreto de Bakhtin também foram fundamentais para o desenvolvimento das nossas reflexões, pelo aspecto interativo-situacional da construção dos sentidos.

A preocupação com a *natureza dos nomes* já podia ser vista no *Crátilo,* de Platão, no qual Sócrates vê o nome como um 'instrumento': "um bom instrutor se servirá do nome também com arte, isto é, de uma maneira apta a instruir" (Sócrates, in *Platão: Crátilo*, vs. Pe. Dias Palmeira, 1994: 20), dando relevo ao problema da seleção.

No desenvolvimento desta proposta, fizemos levantamento de algumas questões teóricas para dar suporte às nossas idéias, as quais apresentamos aqui por meio de uma adequada seleção de textos que despertaram em nós a curiosidade para o tema. A análise do *corpus* destina-se, exclusivamente, a demonstrar e chamar atenção para a iconicidade dos nomes e o seu valor semântico-estilístico na produção de sentido dos textos. Não tivemos a pretensão de fazer maiores generalizações, porque o tempo disponível para a pesquisa não teria sido suficiente a um levantamento exaustivo de dados. Como temos, entretanto, a intenção de dar continuidade a esta investigação no curso de doutorado, mantivemo-nos no propósito da provocação e da sensibilização dos nossos leitores para a necessidade de um olhar atento para o potencial semântico-semiótico e estilístico do substantivo, tendo em vista o seu caráter icônico.

O *corpus* desta pesquisa compõe-se de textos diversos nos quais são observados fatores da iconicidade do substantivo, como a polifonia, a intertextualidade, o gênero, o valor atributivo decorrente desses fatores e os seus efeitos discursivos, pragmáticos e estilísticos. Esses aspectos foram os objetos da nossa atenção no desenvolvimento da pesquisa.

INTRODUÇÃO

Preocupados com o ensino produtivo da gramática, com vistas à leitura e à produção de textos, vem-nos crescendo o interesse pelos componentes discursivos implicados nos constituintes textuais, os quais interferem na interpretação e na eficácia comunicativa. No desenrolar de nossa pesquisa, chamou-nos a atenção o problema da seleção dos substantivos para a designação de seres e de objetos: o que leva o autor a escolher uma forma e não outra, qual é a possível intenção e quais efeitos são efetivamente produzidos. Enfim, qual é o valor discursivo e estilístico dessa escolha. Observamos, no substantivo, certo potencial atributivo decorrente de fatores possivelmente produtores da iconicidade. Assim, fica a iconicidade responsável por importantes pistas de leitura − entre elas, o valor atributivo do substantivo - que podem ser percebidas pela perspectiva semiótica, concebida como um caminho "capaz de explicitar a significação inerente ao processo comunicativo através da variável da decodificação e dos sistemas de conhecimento e competência que a orientam" (cf.: Eco, 1972: 26, *apud* Santaella, 2001: 56).

Esta concepção valida o estudo do potencial icônico do substantivo, considerada a iconicidade como elemento deflagrador, na leitura, de fatores como: a subjetividade, a intencionalidade, a historicidade, a cultura, as ideologias, os conhecimentos de mundo e compartilhados, a identidade dos interlocutores, que concorrem na negociação dos sentidos entre o emissor e o receptor, e dos quais resulta o potencial atributivo dessa categoria gramatical-discursiva. Em síntese, a iconicidade é, dentre outras coisas, potencial indicador das *isotopias* (os possíveis caminhos de leitura). Essa orientação metodológica leva em conta a noção de comunicação como "transformação de um sistema em outro" (Santaella, 2002: 56), neste caso, a transformação de um sistema de valores em sistema lingüístico.

Na visão de Jakobson (cf. Jakobson, 1962: 285, *apud* Câmara Jr.,1964: 115), "a língua, sistemática, superindividual e unificadora ou centrípeta, nos dá a compreensão dos discursos, que se desenrolam apoiados nela com seus aspectos assistemáticos, individuais e dispersivos ou centrífugos".

A assistematicidade dos discursos, associada à compreensão da linguagem como processo metafórico de representação – que implica, simultaneamente, similaridade e

criação, como toda metáfora − é o que nos chama a atenção para a importância da iconicidade dos nomes (substantivos).

A investigação que nos propusemos fazer trata da iconicidade lexical, no plano mórfico-semântico – a *iconicidade do substantivo* – que vai resultar em efeitos semióticos de duas ordens: estilísticos e discursivos, ambos importantes para a interpretabilidade dos textos. A nossa questão central foi verificar como se constrói e quais são os efeitos da iconicidade do substantivo na produção de sentidos. Outros objetivos, operacionais, serão explicitados ao longo do trabalho, para demonstrar os caminhos que percorremos para chegar a esse objetivo final.

Investigar a iconicidade do substantivo é tentar captar as posições discursivas ou processos de discursivização na escolha dos nomes, com vistas à depreensão da carga semântica que determina a escolha desta ou daquela forma por parte do falante; no caso dessa classe (substantivo), visando à designação e à identificação das coisas, principalmente.

Não concordamos com o tratamento dado, usualmente, ao substantivo. Vilela e Koch (2001), por exemplo, entendem o substantivo como categoria que "permite a representação lingüística 'objetivizada' de coisas, processos, relações, propriedades" (cf. Vilela & Koch, 2001: 184). Essa visão é comum na maioria das gramáticas. A nossa crença é de que a escolha do nome passa por todo um processo de avaliação das palavras e das coisas e, se ela ocorre no momento da enunciação, o substantivo tem seu valor indiscutivelmente *subjetivizado* – aproveitando, aqui, a sufixação utilizada por esses autores. Eles também observam a capacidade dos substantivos abstratos morfossintaticamente derivados de adjetivos para designar propriedades (id. ib.: 184-186). Percebemos, entretanto, algo que ultrapassa os limites da designação e da derivação: um valor atributivo, quando o nome resulta, na enunciação, de uma escolha, que corresponde a uma transferência de valores (qualidades já assimiladas imageticamente pelo nome) ao objeto nomeado. Essa propriedade atributiva não parece prender-se a esta ou àquela espécie de substantivo, senão estar relacionada a questões de escolha, de adequação e de avaliação, podendo ser vista (é o que acreditamos) em qualquer elemento representante da classe.

Reconhecidas tais potencialidades semânticas no substantivo, o ato de nomear passa a ser entendido como, mais do que atividade de designar, um modo de conceituar as coisas e o mundo que nos cerca.

Com base nessas crenças, perseguimos o potencial semântico do substantivo e os efeitos semióticos − discursivos, atributivos e expressivos − decorrentes do processo histórico e situacional que leva à sua atualização nos textos. Indiretamente, estamos propondo também uma reflexão acerca de dois termos, de uso muitas vezes equivocado, no ensino: 'designar' e 'conceituar'. O dicionário [Aurélio, s.u.] nos ensina que 'designar' é "dar a conhecer, nomear, indicar", no que tange, por exemplo, à designação dos seres pelo substantivo. Já 'conceituar' é entendido, pelo mesmo autor, como "'formular' ou 'formar' conceito acerca de; julgar; avaliar (...). Fazer conceito; formar opinião de; classificar; tachar (...); avaliar, ajuizar (...)" [Aurélio, s.u.]. Esses verbetes nos indicam que a 'designação' está para a denotação (correspondência indicial entre nome e objeto) assim como a 'conceituação' está para a conotação (valor icônico).

Compreender o substantivo de uma forma e de outra, ou seja, como índice e como ícone, é reconhecer a sua carga semântica em toda a sua amplitude, é intensificar os benefícios do ensino da gramática para a interpretação e a produção de textos.

Nomear é um ato lingüístico que implica designação e conceituação.

"Categoria 'nomeadora' por excelência" (Vilela & Koch, 2001: 185), o substantivo deve ser investigado na relação que se estabelece entre ele e o objeto nomeado, considerada a carga semântica construída nessa relação, no processo dialógico de produção de sentido. Ao nomearmos as coisas, atribuímo-lhes valores, conforme as nossas impressões, as quais são frutos de nossas experiências pessoais e coletivas. Representamos, através do nome, a idéia que temos dos objetos. E essa é uma estrada de mão dupla, porque o nome escolhido pode dar um novo sentido ao objeto. Este passa a ser compreendido pela sua representação através do nome. Em outras palavras: a representação através do nome reconstitui o objeto. Ao nomearmos, tornamos reais, damos existência às coisas e o mundo que nos cerca. Dessa relação entre o nome e o objeto decorre a significação, que é um fio condutor na leitura dos textos.

O nome tem, assim, dois modos de significar: um que lhe é estável, convencional, permanente (e se inscreve nos dicionários); outro que é recriado na enunciação, num processo de reavaliação do signo e reconstrução ideológica do objeto. Esse processo é carregado de historicidade e subjetividade.

Nesta perspectiva, o substantivo passa a ser visto como um constituinte modalizador do discurso que, como tal, contribui para a produção dos sentidos. Sobre os sentidos, observa-se uma preocupação, nos estudos de Simões, com a necessidade de extrair do texto as idéias e ideologias que são componentes enunciativos que participam

da produção sígnica, para o desenvolvimento de uma leitura crítica e eficiente. Neste ponto, destacamos o seguinte excerto: "as línguas são documentos de cultura que devem ser semiotizados e analisados sistematicamente de modo que deles se possa extrair os componentes que definem línguas, povos, culturas, visões de mundo, enfim, imagens e metáforas..." (Simões, 2005-1).

O substantivo é um signo investido de iconicidade.

De Bakhtin, também se aproveitam, para os fins pretendidos, as noções sobre elementos estáveis e elementos instáveis. Estes últimos, relacionados com o que o autor chama de *tema*, são os "elementos extraverbais, que integram a situação de produção, de recepção e de circulação" (Cereja, 2005: 202). A estilística de Sírio Possenti, que é voltada para o texto e considera os critérios de escolha (a seleção de palavras e a subjetividade), a produção dos sentidos (o componente semântico) e a produção dos discursos (o componente discursivo), é, do mesmo modo, um caminho que conduz à necessidade de se observar o aspecto icônico do substantivo. Este autor, nos capítulos 10 e 11, do livro *Discurso, Estilo e Subjetividade* (2001), que se apresentam sob os títulos: *O estilo na lingüística* e *Da indeterminação à sobredeterminação*, observa a necessidade de uma mudança teórico-metodológica na Gramática, considerando, numa abordagem estilístico-discursiva − na busca de um "espaço de inserção do sujeito" −, as relações entre forma e conteúdo, ou seja, a constituição dos enunciados e a sua interpretação. Nas palavras de Alexandre Martins Fontes (**in** Possenti, 2001: contracapa), "é só assim que se podem entender historicamente as línguas naturais: resultado da atividade contínua de todos os falantes inseridos num processo histórico e cultural que é trabalho".

A interatividade, a discursividade, o estilo e a subjetividade devem ser levados em conta, se queremos uma Lingüística voltada para os efeitos de sentido e para os problemas da comunicação.

Dijk (2002: 75-76) acredita que "dever-se-ia investigar quais os processos cognitivos subjacentes à noção de adequação que se estabelecem nos contextos comunicativos" e que, através de uma teoria pragmática da língua, podem-se estabelecer as relações entre os enunciados (valores gramaticais) e a interação (valores sócio-históricos). Para ele, "uma comunicação verdadeira, de fato, envolve conhecimento real, crenças e desejos", e isso inclui aspectos cognitivos relacionados com o processamento da informação.

Na perspectiva semiótica da produção lingüística, fica estabelecida uma relação entre "modelo mental", "recorte cultural" e representação, que também pode ser analisada por uma semântica da cognição. Investigar a iconicidade do substantivo, considerado como 'metáfora', na função de representação − ou seja: como um modo de representação determinado por uma escolha, com base numa similaridade/identidade no significado do representante (o nome) e do representado (o objeto) − é um meio de ativar mecanismos e esquemas cognitivos, desenvolvendo habilidades de interpretação como processo de produção de sentidos.

Por esses caminhos, estamos repensando o ensino e a gramática em seu funcionamento no discurso, dando-lhe funcionalidade, observando-a no processo interativo de comunicação, na relação entre produção, circulação e recepção, implicada na atividade de leitura. Também acreditamos estar contribuindo para ampliar a compreensão canônica do substantivo e atendendo ao preceito dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* de que a gramática deve ser vista como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem. Ela deve ser associada ao discurso e às representações sociais, deve ser articulada com as práticas de leitura, produção e escuta de textos, para que, reflexiva, propicie "a expansão e a construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva" (cf. PCN. LP,1998: 27), em prol de um ensino significativo da Língua Portuguesa e de uma escola transformadora.

Na temática de que tratamos, a iconicidade é entendida como um efeito dinâmico do substantivo. Nesta visão, o substantivo pode ser examinado estilisticamente ou como constituinte discursivo, pelo seu significado social e por seu caráter 'polissêmico', construídos no processo histórico e dialógico da prática social. O tipo de leitura que propomos vai revelar o aspecto social e valorativo do substantivo, o seu caráter discursivo, interativo, ou seja, o seu valor icônico – quase sempre desprezado pelo tratamento objetivo que lhe é dado tradicionalmente, o qual interfere na sua importância estilística. Entendemos, como Souza (2002: 117), que: "a apreciação social define a escolha das palavras".

A referência principal que utilizamos para tratar das questões gerais dos aspectos semântico-vocabulares é Stephen Ullmann,1987.

A iconicidade do substantivo é um aspecto da tessitura textual que é motivado e produz efeitos de ordem pragmática e estilística. Entre as diversas faces do estudo da iconicidade do substantivo, selecionamos como objetos da nossa atenção: a

referenciação, o aspecto polifônico, o gênero, o valor atributivo e a criação neológica, tendo em vista responder às seguintes questões, já apresentadas nesta introdução: (a) como se constrói e quais são os efeitos da iconicidade do substantivo na produção de sentidos; (b) o que leva o autor a escolher um nome (substantivo) e não outro; (c) que efeitos são efetivamente produzidos – as quais, na perspectiva que elegemos, levam ao valor semiótico (semântico, discursivo e estilístico) do substantivo.

Para a composição do *corpus*, escolhemos textos que, de alguma forma, nos chamaram a atenção para o emprego do substantivo. Não há intenção alguma em definir perfis estilísticos dos seus autores. Os textos selecionados (e não prioritariamente os autores) apresentam como marca relevante a exploração do potencial icônico dos substantivos e este é o motivo da nossa escolha. O que não quer dizer que essa característica não possa ser vista em outros textos de mesma autoria, ou mesmo de outra autoria. De qualquer modo, o título homenageia os poetas José Paulo Paes (*Cigarra, Formiga & Cia.*) e João Cabral de Melo Neto (*Morte e Vida Severina*), pela sensibilidade e habilidade desses autores com o potencial icônico do substantivo.

Essa análise de *corpus* é um recurso apropriado para aulas de interpretação em diversos níveis de escolaridade, uma contribuição que queremos dar com a nossa dissertação.

Observar a historicidade dos substantivos, o modo como cada autor os utiliza, as motivações contextuais - o aspecto polifônico, as influências do gênero e da interação – e os efeitos atributivos e pragmáticos decorrentes desses fatores de iconicidade nos leva ao valor semiótico-discursivo dessa classe gramatical.

As considerações preliminares sobre o processamento da leitura e os pressupostos semióticos, apresentados nas seções 1 e 2, a seguir, orientam para os aspectos cognitivos e semióticos envolvidos nesse tipo de interpretação. Na seção 2, também se encontram os principais conceitos operacionais.

1- ASPECTOS COGNITIVOS DA LEITURA

1.1- Considerações sobre o processamento da leitura

Kleiman (1997: 45-63) explora "a natureza do processo inconsciente, automático, através do qual o leitor interpreta as marcas formais do texto". Segundo a autora, a interpretação dessas marcas tem três finalidades básicas: estabelecer coerência local; usá-las como pistas para a procura da coerência temática; explicitar a organização da estrutura abstrata. Quando um desses elementos articuladores do sentido não é explicitado, o leitor precisa *desautomatizar suas estratégias cognitivas* (Kato, 1985 [2007]), trazê-las ao nível consciente e reformular objetivos e/ou hipóteses ou monitorar o processo de compreensão. Neste processo, o leitor se apóia tanto em elementos extralingüísticos (*contextuais*, para Kleiman, 1997 e Kato, 1985 [2007]) como em elementos lingüísticos (textuais ou *cotextuais*, como preferem as autoras).

O texto, considerado como uma unidade semântica, apresenta vários elementos de significação, que são materializados através de categorias lexicais, sintáticas, semânticas, estruturais. A coesão e a própria estrutura do texto são mais dois aspectos dessa materialidade importantes para a compreensão.

Ainda que considerando as marcas formais do texto, a autora salienta a importância da participação do leitor na recuperação do sentido: "O texto sugere, aproxima-se de um significado relevante, mas é o leitor quem deve construí-lo" (Kleiman, 1997: 47).

Através de *estratégias cognitivas* (Kato, 1985 [2007]), o leitor vai fazendo inferências e construindo um contexto a partir dos elementos formais. Essas estratégias se guiam por princípios e regras mínimas, que devem garantir a coerência local − "aquelas relações coesivas que se estabelecem entre elementos sucessivos, seqüenciais no texto" (Kleiman, 1997: 50). São os princípios: da parcimônia − que consiste em construir um cenário enxuto, com poucos elementos (objetos, eventos ou fatos referidos várias vezes, mediante léxico diversificado); da canonicidade − segundo o qual, as coisas seguem uma ordem natural no mundo; da coerência − que decide pela escolha da interpretação mais adequada; e da relevância – que, em caso de informações

conflitantes, determina a escolha daquela mais relevante ao desenvolvimento do tema. Os princípios da coerência e da relevância também se guiam pela regra de manutenção do tópico. As outras regras são: (a) de *recorrência* – determinada pelo princípio de economia ou parcimônia, pois ajuda o leitor a encontrar um antecedente, que deve ser uma referência única para determinados elementos que ligam diferentes partes do texto; (b) de *linearidade* – que se conjuga ao princípio da canonicidade, pressupondo que a materialização linear (no papel) dos elementos formais reflete a ordem natural do mundo, e também orienta as relações coesivas; (c) de *continuidade temática* − que permite a interpretação de elementos seqüenciais separados, como estando relacionados a um mesmo tema; a regra (ou princípio) de distância mínima – que serve não somente ao nível semântico, como também ao sintático, indicando o antecedente de um pronome ou dêitico, numa construção anafórica; e de não contradição − que permite o estabelecimento de relações entre unidades não contíguas no texto, tanto no nível micro como macroestrutural. A leitura é mais fácil quando há elementos lingüísticos que materializam a manutenção e a progressão do tema. Do contrário, é preciso desautomatizar as estratégias, o que significa, de certo modo, repensar hipóteses, para reconstruir as ligações textuais. Por isso, diz Kleiman: "se o leitor não conseguir formular uma hipótese flexível sobre o tema, então a construção de ligações textuais torna-se difícil, ou até impossível". (Kleiman, 1997: 56). Às vezes, é preciso recorrer a informações do nível extralingüístico (sobretudo quando se está diante de textos complexos quanto à natureza das linguagens que os constitui), que são determinantes da interpretação adequada.

Todo esse processamento do texto, visto por Kleiman como "agrupamento e transformação de unidade de um nível (...) em unidades significativas de outro nível (...)" (Kleiman, 1997: 55) faz-se de modo descendente ou de modo ascendente. O primeiro modo parte do conhecimento prévio, das expectativas e dos objetivos do leitor. O segundo parte dos elementos formais do texto (cf. Kleiman, 1997: 45-63 e Sautchuk, 2003: 55-62). Há, ainda, uma constante interação de diversos níveis de conhecimento, de nível sintático, semântico e extralingüístico, na construção tanto da coerência local (*microestrutural*, cf. Kleiman, 1997: 45-63) como da coerência temática (*macroestrutural*, id. ib.). Entre esses dois planos estruturais, há também uma constante troca de pistas que, na ausência de elementos formais, contribuem para a ativação do conhecimento de mundo. Vale lembrar, com a autora, que "o processamento é essencialmente de caráter cognitivo, mas quanto mais complexo for o texto, mais se faz

necessário o controle ativo desse processo através das estratégias metacognitivas de manutenção de objetivos e monitoração e desautomatização do processo de compreensão". (Kleiman: 1997: 62.)

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento de leitores proficientes, faz-se necessário tornar explícitas (e este deve ser o objetivo dos exercícios de compreensão/interpretação) as articulações estruturais e as ligações de nível temático, trazendo-as para o nível de consciência do leitor, para que ele próprio, desautomatizando as suas estratégias cognitivas e tendo claros os seus objetivos, reavalie as suas hipóteses e identifique as relações coesivas que levam à construção de uma *macroestrutura*, pois é fundamental que não se perca de vista o sentido global do texto.

1.2- Outra perspectiva a considerar

Para Dijk (2002: 74), os sistemas de comunicação desenvolvem-se com base numa espécie de cognição social. A interpretação está relacionada com os *frames* (cf. Dijk, 2002) cognitivos e com as condições contextuais. Para compreender os atos da língua e agir sobre eles, é necessário explicitar as relações entre os enunciados e a interação. Isso pode significar que "seja o que for que o falante realmente saiba, pense ou queira, isso será irrelevante, a não ser que o seu comportamento possa ser interpretado da mesma forma e, portanto, seja socialmente entendido como tal, exteriorizando assim vários estados interiores". (Dijk, 2002: 75-76.)

Desse modo, o teórico propõe investigar os processos cognitivos na perspectiva pragmática, ou seja, as condições de adequação dos atos de fala aos seus contextos de ocorrência e a capacidade que os participantes têm de relacionar suas interpretações a essas condições.

Os *frames* (*enquadres*, para Simões, 2002-3) são entendidos por Dijk (2002: 74) como "sistemas de conhecimento convencional", e envolvem "crenças, desejos, preferências, normas e valores" (id. ib.). O conceito é fluido, mas organiza, de certa maneira, o nosso conhecimento de mundo e contribui para a noção de adequação. Há também, segundo esse autor, uma condição geral de 'sinceridade', que exige uma vinculação direta entre o que é pensado e o que é exteriorizado (cf. Dijk, 2002: 76). Este

pressuposto da linguagem faz com que consideremos, de início, que o que se diz é exatamente aquilo que se quer dizer, o que pode ser refutado com um exame mais cuidadoso dos enunciados.

Além desses *enquadres* cognitivos, o autor considera outros recursos para o processamento rápido e funcional da informação: as estratégias e os esquemas, que permitem suposições sobre possíveis significados e intenções, dada certa estrutura textual e contextual. Todos esses recursos, entretanto, podem não ser suficientes para a compreensão pragmática dos enunciados. Segundo Dijk (2002: 80), "a compreensão pragmática se dá paralelamente ao processo relativo de compreensão semântica, no qual os discursos e conhecimentos prévios (semânticos) do contexto são importantes para a interpretação de cada sentença".

Como parte integrante da interação social, os *atos de fala* realizam-se em contextos hierarquicamente estruturados, que é o que permite determinar as instituições, os papéis sociais, a ações e relações implicadas nos processos de compreensão pragmática. A esse tipo de posicionamento no qual se entende que "o que realmente conta em uma comunicação real não é tanto a situação em si, mas a interpretação/compreensão que os participantes sociais têm da situação" (Dijk, 2002: 83), o autor chama *relativismo cognitivo*. O contexto social é, nesta perspectiva, um construto abstrato em relação às situações sociais verdadeiras. No processo de definição do contexto, entram em cena os procedimentos de determinação de relevância (já vistos neste estudo, em Kleiman, na seção 1.1), para que sejam selecionadas apenas as propriedades significativas da situação, que levem, considerada a estrutura social mais ampla na qual a situação se inscreve, à definição pretendida.

Dijk (1996 *apud* Sautchuk, 2003: 73) também aponta alguns princípios na direção das operações mentais de processamento inconsciente do texto pelo leitor, na atividade de interpretação. São eles o princípio da *fragmentação*, que se relaciona com a dimensão das unidades lingüísticas significantes; o da *categorização*, relacionado com as diversas categorias de palavras e suas respectivas posições na cadeia falada, e com o automático reconhecimento (ou não) de palavras que pertencem ao léxico da língua e das impropriedades vocabulares e intervocabulares; o princípio da *combinação*, das regras sintáticas da língua, que garantem a coesão e a clareza; e o princípio da *interpretação*, das leis semânticas de uma dada língua, dos sentidos convencionais das unidades lingüísticas e de suas combinações e das relações lógicas entre as partes do texto. Esses princípios têm a mesma natureza que os vistos em Kleiman (baseados em

Kato, 1985 [2007]), na seção 1.1 deste capítulo, e têm o princípio da coerência como *princípio regulador da recepção* (Scott, 1983).

2- PRESSUPOSTOS SEMIÓTICOS

2.1- Iconicidade e plasticidade

Na perspectiva semiótica que adotamos, que tem como referência principal os trabalhos de Darcilia Simões (desde 1991, perseguindo a *iconicidade*), fundamentados na semiótica de Peirce, a leitura dos textos apóia-se, de modo geral, nas noções de *iconicidade* e *plasticidade*. Nessa perspectiva, o texto é visto como objeto-imagem e as palavras são "âncoras textuais" ou "bússolas" na orientação da descoberta dos sentidos. Estes se encontram inscritos nos textos e se realizam através da seleção lexical, da estrutura sintática e das isotopias, que são as redes significantes que se estabelecem na relação entre os constituintes textuais. Todos esses elementos são fatores de iconicidade, como "potencialidade imagética dos textos a partir da qual os intérpretes produzem formas mentais que deflagram a cognição numa dada direção" (Simões, 2006-1). A iconicidade é, assim, indutora de raciocínios, geradora da semiose, que é o próprio processo de significação.

Para Simões (1999: 32), o signo icônico é um hipo-ícone, ou seja, um ícone degenerado, impuro, que "procura representar os fenômenos que se presentificam na consciência (...) por meio de imagens-idéias corporificadas em sinais perceptíveis que estariam no lugar da coisa que propulsionou a ação da consciência". A autora pensa o signo verbal como um signo icônico, ou seja, como "material de produção sígnica sensível", um "representâmen provisório, relativo, resultante de um juízo particular que poderá ser referendado ou não por outro intérprete", mas que é capaz de produzir interpretações bastante razoáveis. Essas interpretações dialogam com os dados contextuais (intra e extratexto) que interagem na produção das funções e valores sígnicos.

No processo interativo da comunicação, o enunciador constrói imagens mentais e as traduz em signos – no caso do texto escrito, signos verbais e não-verbais – que são decodificados pelo leitor também no modo de produção de imagens. Essas imagens mentais do enunciador e do leitor são negociadas no momento da interação, tendo como mediador o código escrito, que é o elemento da plasticidade textual condutor da

iconicidade. Na constituição sígnica, os *frames* (lembrados por Dijk, 2002 - v. seção 1.2) são *roteiros ou enquadres sócio-históricos* que, na perspectiva semiótico-pragmática-interacional, instrumentalizam os sujeitos na interpretação dos signos (cf. Simões, 2002-3).

Verifica-se, assim, uma interferência subjetiva na produção de sentidos, por meio da imaginação. A subjetividade é estimulada e ao mesmo tempo regulada pelo elemento objetivo resultante da seleção e da combinação das palavras na superfície textual.

Motivada pelo projeto do texto e ancorada no domínio lingüístico do enunciador, essa materialidade representa formas de ver o mundo, as quais se refletem nas qualidades que os signos exibem, que dão origem às cadeias associativas de semelhança, condição fundamental de iconicidade. As cadeias associativas orientam a interpretação, através da percepção do leitor, que também está condicionada ao seu conhecimento prévio, ao seu domínio lingüístico, seu modo de compreensão do mundo e à eficácia da trama textual.

2.2- A formação de leitores

No artigo *Comunicação em tempos de Crise: signos em intercâmbio*, Simões observa que

> Os signos e os códigos não são suficientemente conhecidos por seus usuários, até por significativo número de estudiosos, a ponto de tirar maior proveito daquelas entidades (os signos e códigos) e, com isto, otimizar os mecanismos comunicativos e, por conseguinte, a estruturação social. (Simões, 2002-2: 137.)

Com Simões, compreendemos os signos lingüísticos como representações mentais, sociais e culturais, considerados em seus aspectos psicossemiótico, pragmático e valorativo.

Recorrendo a Morin (1996: 114), Simões observa a circularidade das ações humanas, pela qual relaciona linguagem e cultura, podendo, esta última, estar associada à aquisição de informações e dependente da instrução. Deste conceito social de cultura decorrem preconceitos e injustiças sociais de caráter excludente, que se assentam na comparação de modelos cujos valores são diferenciadores.

A cultura, como "objeto de troca social", manifesta-se por intermédio da textualização. Desse modo, impõe-se que os indivíduos sejam preparados para lidar com os textos, que conheçam os códigos e as linguagens e que dominem os signos. A habilidade para a textualização decorre da familiaridade dos indivíduos para com os signos em sua variedade. Nessa visão, o texto deve ser entendido como "prática significante", ou seja, como atividade de comunicação onde "se produz uma determinada significância", e que implica uma produção, uma enunciação e uma estruturação (Cf. Simões, 2002-2: 142-147).

Simões (2002-2) relaciona textualização e ciência, e atribui essa relação ao fato de a organização dos saberes fazer-se por intermédio de textos. Assim, a aprendizagem do código escrito é um eficiente exercício que pode contribuir para o avanço da ciência, a compreensão das culturas e o desenvolvimento dos cidadãos.

Com Inez Sautchuk (2003), Simões observa o comportamento e o desempenho do produtor-leitor. Sautchuk prevê, na produção textual, dois extremos de percurso: um objetivo e uma realização, que se evidenciam nas figuras de um escritor e de um leitor interno (dupla figura do produtor do texto), nos próprios enunciados e na situação em si, e que deixam suas marcas no texto escrito. Essas marcas vão constituir, para o leitor externo (também produtor, no ato da leitura), as instruções para o processamento dos sentidos. Nessas condições, o texto deve ser visto como uma *trama* lingüística. A autora demonstra como o texto em construção exibe concretamente os fatores discursivos que o compõem, seguindo-lhe o percurso de produção desde a sua exterioridade como contexto extralingüístico – sócio-histórico-ideologicamente atuante – até a sua manifestação como contexto lingüístico (ou como *co-texto*, cf. Sautchuk, 2003: 56). Na produção textual, além do duplo comportamento do sujeito enunciador – ora como *Escritor Atuante*, ora como *Leitor Interno*, a autora observa os movimentos *semasiológico* e *onomasiológico* de processamento da informação (baseados em Kato, 1985, [2007] e referidos em 1.1). Esses movimentos também caracterizam a leitura do *Leitor Externo*.

Na orientação ascendente (movimento *semasiológico*), Coste (1997: 17) lembra que "são os formantes lingüísticos da competência comunicativa que estariam funcionando primeiro" - neste processo, a inferência é, segundo Kato (1985 [2007]: 29), "mais uma operação de reconhecimento do que de construção" − enquanto na orientação descendente (movimento *onomasiológico*), haveria um predomínio quase

total de formantes extralingüísticos. Neste tipo de operação, significados são criados a partir de pistas contextuais, um modo de '*inferência* construtiva' (cf. Kato, id. ib.), sendo o leitor menos dependente da informação linear e mais integrador de informações co-ocorrentes (cf. Kato, id. ib.). Esses movimentos são reversíveis entre si, dependendo dos graus de complexidade e de previsibilidade semânticas do texto, o que implica a proficiência tanto do *Leitor Externo* como do escritor na dupla figura: *Escritor Atuante/Leitor Interno*.

Entendendo a leitura como "um jogo psicolingüístico de adivinhação", que enfatiza o uso da hipótese e da antecipação, Sautchuk lembra que, para o *Leitor Externo* maduro, pelo movimento descendente, é possível "corrigir automaticamente os defeitos e pequenas incoerências do texto, partindo de sua visão de mundo, de seu "conhecimento global organizado em modelos cognitivos, por meio dos quais o texto vai 'fazendo' sentido" (Sautchuk, 2003: 58). Já o movimento ascendente, o qual a autora classifica como "processo *de natureza lingüística*" – grifo da autora –, pressupõe, segundo ela, "o processamento linear dos enunciados do texto por meio de seus constituintes imediatos" (Sautchuk, 2003: 59). Ali se observam as aberrações semânticas e as impossibilidades sintáticas.

Além dos treinos de leitura e de produção de textos, Sautchuk também se preocupa com as estratégias didáticas de ensino da gramática, tendo em vista um tipo de leitura consciente. Essas estratégias interferem no desenvolvimento da competência comunicativa dos aprendizes. Assim diz a autora:

> Tanto esse tipo de aprendizagem quanto o da gramática dirigida à produção de texto devem pautar-se por um treino de estratégias metacognitivas, isto é, de um conhecimento consciente que leve o aprendiz a conhecer as características próprias da atividade que realiza e as que estabelecem uma relação entre o seu desempenho e o resultado dele. (Sautchuk, 2003: 119-120.)

A autora acredita que a atividade de leitura também possa ser utilizada no desenvolvimento das habilidades próprias para a escritura: um dos aspectos dessa relação é que o *Leitor Externo* exerce, normalmente, atividades semelhantes às do *Leitor Interno*, na produção de textos.

A construção sígnica realiza-se tanto no movimento ascendente quanto no movimento descendente, pois estão implicados nesse processo tanto os constituintes lingüísticos quanto os interferentes externos. É nesse encontro de fatores internos e

externos, no momento da interação, que se deflagra a iconicidade dos elementos textuais.

Com Simões (2002-1), apostamos na iconicidade lexical e nas isotopias, que são recortes semânticos, marcas textuais icônicas que concorrem para a produção dos sentidos. Essas marcas são instrutivas: orientam ou desorientam o leitor para os diversos sentidos do texto.

2.3- Seleção lexical e isotopias

Simões acredita que

> o vocabulário ativado num texto cria uma rede semiótica especial capaz de acionar esquemas cognitivos que levem à compreensão e à interpretação do texto em questão. Entendemos que essa rede semiótica produz certa iconicidade que, por sua vez, estimula a ativação de imagens mentais que facilitarão ou dificultarão o entendimento do texto. (Simões, 2006-1.)

Para a autora, iconicidade, na perspectiva textual, é a potencialidade "de conduzir o leitor pelas trilhas do texto, orientando-lhe ou desorientando-lhe a descoberta dos sentidos ali inscritos" (Simões, 2002-1).

No ensino da língua nacional – da leitura e produção de textos −, a compreensão da iconicidade textual e do valor semiótico do vocabulário pode contribuir para solucionar problemas de ordem gramatical, expressional, referencial, ortográfica, conceitual etc. Simões propõe que se persiga o potencial icônico dos textos − que devem ser entendidos como "imagens" − e que se observem as suas "qualidades sensíveis", por meio das quais "supõe-se serem gerados signos icônicos ou trilhas de iconicidade capazes de estimular a produção de imagens mentais gerenciadoras da semiose, da interpretação" (cf. Simões, 2006-1). Chama sempre atenção para os signos orientadores e os signos desorientadores, os quais contribuem para a eficiência comunicativa (seja para a honestidade ou para a falsidade ideológica dos textos), ou para a produção de textos defeituosos. A seleção de signos concorre para a alta ou para a baixa iconicidade. A *alta iconicidade* tende ao cumprimento do projeto comunicativo, ao seu sucesso; a *baixa iconicidade*, à produção de textos defeituosos, mal sucedidos (cf. Simões, 2006-1). Textos de alta iconicidade contribuem, assim, para a leitura

eficiente. Já os outros exigem uma perspicácia maior do leitor, o que nem sempre garante o sucesso da leitura.

Para ser adequado, inadequado ou desorientador, o vocabulário depende do caráter simbólico, dos sentidos potenciais e do significado literal das palavras que o constituem − entendido como significado literal o sentido convencional das palavras no âmbito do círculo social da ocorrência comunicativa. (Veja-se que o sentido literal e a sua interpretação são também relativizados.)

A *plasticidade* textual é, assim, "referência de *iconicidade*" e o código lingüístico, neste caso, é "uma das forças exteriores que constrói a plasticidade textual" (cf. Simões & Dutra, 2007). O texto, como imagem (elemento objetivo), estimula a imaginação (subjetividade) e o controle dessa subjetividade depende da eficácia da trama textual. Esta deve estar direcionada à univocidade de sentido, para proteger o leitor "das ambigüidades, dos equívocos, das plurissignificações" (Simões & Dutra, 2007), a menos que a falta de clareza seja, justamente, o propósito do autor – o que deve ser percebido pelo "bom" leitor. As escolhas léxico-semântico-sintáticas podem revelar a intenção e o sentido do texto ou confundir o leitor, e refletem "certa forma de ver o mundo". (Cf. Simões & Dutra, 2007.)

Em Peirce, essas relações de iconicidade do signo com o mundo não-lingüístico contrapõem-se à arbitrariedade do signo, em Saussure. Simões destaca também Nöth (1999), para quem "é icônica a representação do mundo pela língua em nossa mente" (Simões, 2006-1).

Segundo Santaella (2002: 18), Peirce dividiu os signos icônicos em três níveis: a *imagem*, cuja relação de semelhança com o objeto se dá no nível da aparência; o *diagrama*, que mantém similaridade com seu objeto no nível das relações internas (o signo visa a representar as relações internas do objeto, ao contrário da *imagem*, representação do objeto que apresenta níveis de similaridade com o modo como este é percebido visualmente); e a *metáfora*, cuja relação com o objeto se dá por identidade. Mantendo o nosso foco na noção de *diagrama*, podemos observar que a *iconicidade diagramática* está inscrita no texto através dos aspectos morfológicos, sintáticos e vocabulares, ou seja, através das qualidades dos seus constituintes e da estrutura textual, que são responsáveis pelas redes semióticas indicativas dos sentidos a interpretar. Essa materialidade é motivada e, ao mesmo tempo, reflete o projeto do texto, e está ancorada no domínio e no repertório lingüísticos do seu produtor.

A iconicidade dos itens lexicais será tão mais eficiente quanto mais adequada for a seleção.

Quando esses signos possuem identidade formal, associados, constituem uma *isotopia* (*recorte epistemológico* ou *perspectiva de leitura*), que conduz o raciocínio lógico-conceitual do texto numa determinada direção:

> no que respeita ao redator, disciplinando-lhe as propostas textuais – tanto no eixo da seleção quanto no da combinação – para que não perca de vista o necessário conhecimento partilhado entre emissor e receptor, quanto ao leitor, instruindo-lhe a leitura das marcas textuais (os vários mecanismos de coesão) presentes na superfície do texto-objeto sobre o qual se encontra operando. As duas atitudes – do redator e do leitor – dirigem-se à textualidade, que é qualidade de uma proposição com eficiência comunicativa. (Simões, 2004-1)

2.4- A extensão dos conceitos de 'signo' e 'representação'

Ullmann (cf. Marques, 2003: 59) repensa o conceito saussureano de *signo*, adaptando esse conceito ao triângulo semiótico de Ogden e Richards. Observando uma relação de evocação recíproca e reversível entre *nome* e *sentido* – "se alguém ouvir a palavra, pensará na coisa, e se pensar na coisa, dirá a palavra" (Ullmann, 1987: 119) -, a qual propõe chamar "*significado* da palavra" (grifo do autor), o teórico discute arbitrariedade e motivação nessa relação. Para Ullmann, os mesmos princípios do significado − referindo-se à relação forma (som, nome) / conceito (pensamento, sentido, referência) −, aplicáveis à língua em geral, aplicam-se às palavras individuais.

Marques (2003) comenta que, na perspectiva de Ullmann,

> A convencionalidade intrínseca do signo é reafirmada: porque o signo é arbitrário, modificam-se, ao longo do tempo, os nomes que se associam a determinados sentidos, e os sentidos de muitos nomes sofrem alteração; variam, de língua para língua, os nomes que se associam a um mesmo sentido; e, numa mesma língua, ocorrem fenômenos de sinonímia, ambigüidade e os chamados sentidos figurados. (Marques, 2003: 60.)

Nesse sentido, Ullmann deu destaque às "palavras transparentes", cuja caracterização muito bem resume Marques:

> Caracterizam-se pela possibilidade de se estabelecerem vínculos de associação ou motivação, sonora, morfológica, semântica, entre os signos e as coisas por eles referidas, isto é, entre nome (significante, imagem acústica ou sonora) e o sentido

> (conceito, imagem mental) que evoca, ou entre o signo e seu referente (coisa, elemento da realidade objetiva ou subjetiva). (Marques, 2003: 60.)

Apesar desse destaque se referir a certo grupo de palavras, entre as quais estão as onomatopéias, algumas derivadas e compostas, outras empregadas por processos associativos, metáforas e metonímias, Marques considera inerente ao processo de significar certo grau de indeterminação: de um lado, considerando que uma palavra tem tantos sentidos quantas sejam as suas realizações contextuais e, de outro, que a indeterminação inerente ao significado decorre do fato de uma palavra ter um sentido básico a que se somam fatores circunstanciais (cf. Marques, 2003: 61).

Dependendo do grau dessa *indeterminação*, a palavra pode variar entre dois extremos de significado: a denotação e a *hipersemantização* (Marques, 2003: 62), que é o grau máximo de conotação, que chega ao esvaziamento da denotação da palavra. Como exemplo disso, estariam os casos de motivação fônica, que levam uma palavra a adquirir valores simbólicos próprios, independentemente de seu sentido referencial.

Nesta visão, o sentido denotativo é o significado básico da palavra. No sentido conotativo estão incluídos os valores de significado contextuais ou situacionais: "combinatória lingüística, circunstâncias e finalidades, funções e intenções de seu emprego e fatores intersubjetivos presentes no ato de comunicação" (Marques, 2003: 62). Nesse plano, destacam-se: "matizes de significado que uma palavra passa a ter por associação de semelhança ou de contigüidade com os demais elementos do sistema da língua, com o referente, com a mensagem em si, com a situação de uso, modalidades de registro e variação dialetal" (Marques, 2003: 62).

O papel do contexto é reduzir ao mínimo a imprecisão, eliminando certos sentidos potenciais, a partir da definição dos demais elementos que se somam ao sentido básico.

Mas a imprecisão pode ser tanto um obstáculo como uma vantagem na produção de sentido. Ullmann lembra Wittgenstein a respeito de "conceitos com *gumes embotados*" (grifo do autor), os quais comparou com fotografias tremidas: "Será sempre uma vantagem substituir um retrato indistinto por um muito nítido? Não será muitas vezes exactamente do indistinto que necessitamos?" (Ullmann, 1987: 243) e observa que muitas das escolas modernas concordariam com esta concepção e valorizariam o poder sugestivo e evocador das palavras muito mais que qualquer precisão lógica.

A partir desses aspectos contemplados por Ullmann e Marques, podemos inferir que o processo de significação e, conseqüentemente, o valor de uma palavra, de um signo, é muito mais do que a correspondência genuína entre um significante e um referente: é fruto do conhecimento, da história, da observação, da experiência, da avaliação, da visão de mundo dos interlocutores e da situação de interlocução. A palavra, especialmente o nome substantivo, é signo, assim entendido: uma representação de uma realidade subjetiva que tem, portanto, um caráter estilístico-discursivo relevante na interpretação dos textos.

Podemos inferir desta parte que os mais altos graus de indeterminação – lugar de construção da iconicidade dos signos – estão na função poética da linguagem, representada, no triângulo semiótico de Peirce, pela base pontilhada que indica a 'semiose ilimitada' (cf. Simões, 2004-1: 10).

A despeito do *tratamento abstrato-conceitual* dado ao significado pelas escolas estruturalista e gerativista, Marques sugere que se levem em conta os aspectos do significado no plano do uso concreto da língua, especialmente os condicionados pelos objetivos e circunstâncias que acompanham a produção e a interpretação de enunciados em seqüências discursivas. (Cf. Marques, 2003: 78.)

Segundo a autora, de modo geral, estruturalistas e gerativistas refutam tais idéias por considerarem tão complexas e variadas essas condições, que não é possível, na sua visão, construir uma teoria semântica que dê conta de todos os seus efeitos no uso da língua. Por isso, diz a autora:

> restringem a semântica ao exame de fenômenos ligados à competência gramatical dos falantes, ou seja, ao conhecimento dos fatores que possibilitam a produção e interpretação de formas lingüísticas em isolamento, independentemente dos fatores que interferem na sua utilização em atos concretos de comunicação, contextual e circunstancialmente condicionados. (Marques, 2003: 78.)

Esse modo de compreender o signo reafirma-se no *signo ideológico* e nos conceitos de *significação* e *tema*, de Bakhtin/Voloshinov, que comentamos a seguir.

2.5- Signo ideológico, significação e tema, em Bakhtin: conceitos

Bakhtin/Voloshinov (cf. Cereja, 2005) sugerem que se pense "o signo não apenas no domínio da língua, mas também no domínio do discurso e, portanto, da vida". Por ocasião e a partir da formulação do conceito de *signo ideológico*, discutem a oposição e a distinção entre *significação* e *tema*: a significação é definida como capacidade potencial de construir sentido (historicamente assumido em virtude de seus usos reiterados), própria dos signos lingüísticos e das formas gramaticais da língua, é o nível mais estável dos signos e enunciados; o tema, único, irrepetível, é indissociável da enunciação e, como esta, a expressão de uma situação histórica concreta, constituindo-se dos elementos estáveis da significação associados aos elementos extraverbais que integram a situação de produção, recepção e circulação. O tema é o resultado final e global do processo de construção de sentido, passada a 'fase interpretativa da cognição' (cf. Santaella, 2002: 40), tomando-se o termo "final" num sentido não-estático, referindo-se ao "teor coletivo da interpretação, um limite ideal, aproximável, mas inatingível, para o qual os interpretantes dinâmicos tendem" (Santaella, 2002: 41). Desse modo, o sistema de significação torna-se flexível, mutável, renovável a cada atualização do signo, a cada enunciação, mas também tende a uma cognição social.

Por essa ótica, a *significação* é um "estágio inferior da capacidade de significar" (Bakhtin, 1979: 117), e se distingue do *tema*, "estágio superior" (id. ib.), por ser, aquela, de natureza abstrata, permanente e estável, enquanto este é concreto, histórico, dinâmico, precário, e recria e renova o sistema de significação, ainda que partindo dele. A significação, então, está para o signo lingüístico, como o tema está para o signo ideológico, que é o "resultado da enunciação concreta e da compreensão ativa", que "traz para o primeiro plano as relações concretas entre sujeitos" (cf. Cereja, 2005: 202). Para identificá-lo, é preciso que se leve em conta: o momento histórico e a situação de enunciação – os elementos extraverbais que participam da construção de sentido, como, por exemplo, a identidade e o papel dos interlocutores, na esfera de circulação do signo, e a finalidade do ato enunciativo. Para Bakhtin (1979: 118), o tema "só é acessível a um ato de compreensão ativa e responsiva".

Essa teoria fundamenta as noções de "natureza dialógica da palavra", de que a palavra "é indissociável do discurso, palavra é discurso, mas também é história, é

ideologia, é luta social, síntese das práticas discursivas historicamente construídas, código ideológico de comunicação" (Cereja, 2005: 204).

2.6- A semiótica de Peirce: um caminho para a leitura

O signo é entendido, em Peirce,

> Como algo que representa *alguma coisa (objeto)* que ali não pode estar; signo é, portanto, um representâmen, algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém; isto é, cria na mente do intérprete (receptor, decodificador) um sinal equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido ao qual chamou de *interpretante* do primeiro signo. (Simões, 1999, in Simões, 2004-1: 8 – grifos da autora)

Interpretante é "o conjunto de valores sociais que regula a compreensão das mensagens" (Simões, 2004-1). Pode ser entendido, grosso modo, como "senso comum" (id. ib.). Na visão peirceana, é

> Uma espécie de Supersigno ou Supercódigo, individual ou coletivo, que reelabora constantemente o seu repertório de signos em confronto com a experiência, conferindo aos signos, em última instância, o seu significado real, prático. O interpretante, assim, não é uma coisa, mas antes o processo relacional pelo qual os signos são absorvidos, utilizados e criados. (Pignatari, 1976, in Simões, 2004-1: 10-11.)

Neste ponto de vista, os significados não estão "presos" aos textos ou às palavras, são reconstruídos ou atualizados no processo de produção de sentido. Este processo se constitui pela produção ininterrupta de uma cadeia de signos, que se inicia na seleção dos constituintes textuais, passando pela combinação e organização desses elementos, e se completa na interpretação. Nesse percurso, estabelecem-se as relações entre as palavras, expressões e símbolos e seus usuários, baseados em 'princípios de cooperação', sem os quais não é possível interpretar. Esses princípios e essas relações são objetos de estudo da Pragmática. Cabe à Semântica, nesta perspectiva, analisar os signos "como unidades capazes de reunir traços suficientes à orientação do intérprete na direção dos significados e sentidos próximos ou apropriados para o texto", rumo à textualidade (cf. Simões, 2004-1: 16-18).

Pela ótica peirceana, é possível resgatar o caráter simbólico da linguagem, ou seja, a sua condição de produto histórico-ideológico que reflete a participação dos sujeitos na construção da realidade social – que é um modo de entender o *signo ideológico* de

Bakhtin −, por meio do discurso, visto em Simões (2004-1: 21) como a "materialização textual de formas de ver o mundo".

O que queremos destacar é a "impregnação simbólico-discursiva" (Simões, 2004-1: 22) do substantivo, dando a essa categoria discursivo-gramatical um tratamento semiótico, ou seja, tratando o substantivo como signo entendido como produto histórico-ideológico, chamando a atenção dos que lidam com o ensino da leitura (e da produção textual) para a "força de produção dos bens culturais" (Simões, id. ib.) circundantes que moldam sujeitos, automatizam raciocínios, transformam a sociedade numa indústria de bases robóticas (cf. Simões, 2004-1: 22) e que aparecem iconicizados nos textos.

Com as lições de Kleiman, Dijk e Simões, vimos que há, pelo menos, três maneiras de se compreender o processo da leitura: (1) analisando-se as ações conscientes e inconscientes realizadas pelo leitor; (2) observando-se os aspectos sociais e contextuais implicados na relação interativa que constitui esse processo e (3) considerando-se as estratégias textuais como "pistas" de leitura. Todos esses aspectos, complementares entre si, têm em vista a formação de leitores proficientes.

Neste sentido, torna-se relevante, para os estudos da leitura, uma investigação da iconicidade do substantivo, tanto pela originalidade do tema, como pelo indiscutível valor semântico-discursivo dessa categoria gramatical. A iconicidade do substantivo é um elemento da plasticidade textual que deve ser investigado como "pista de leitura" (nos termos de Simões), porque contribui para a produção de sentido dos textos e está relacionada com os aspectos cognitivos dessa atividade, não só na perspectiva pragmática de Dijk e na descrição de Kleiman das estratégias de processamento do texto, mas também no que diz respeito aos graus de indeterminação dos signos revelados por Ullmann e Marques, ao aspecto dialógico da linguagem, de Bakhtin, à interferência subjetiva vista em Possenti, e, principalmente, à visão semiótica de Peirce.

2.7- Visão semiótico-estilística do substantivo

Para Simões (2006-2), "a língua é um sistema semiótico e seus componentes, ainda que regulados pelas gramáticas, estão sujeitos às idiossincrasias individuais materializadas nas opções estilísticas". Assim, a seleção vocabular, um fenômeno estilístico, potencializa a iconicidade, já que (aquela) "constrói a ponte entre o sistema lingüístico e as idéias" (Simões: 2006-2). O vocabulário de um texto reflete uma visão

de mundo e isto implica também um caráter semântico-discursivo do vocabulário. No caso do substantivo, o caráter discursivo, intimamente ligado ao seu potencial atributivo, relaciona-se, na semiótica de Peirce, à primeira categoria da relação triádica: a categoria da qualidade − a referência a um fundamento ou potencialidade sígnica, ou seja, à capacidade para ser um signo. A iconicidade, categoria peirceana da qualidade (cf. Santaella, 2004: 43), responsável pela atribuição de valores aproveitada na produção da metáfora, determina o potencial atributivo do substantivo e interfere, desse modo, na escolha dos nomes. Considerado como signo, o substantivo reconhece-se imediatamente por seu valor icônico, dado o contexto, e a sua escolha é determinada por uma espécie de relação metafórica com o objeto que se quer representar, e orienta a construção do sentido.

Para Peirce, o ícone é um signo representando alguma coisa (real ou fictícia), e é regido "por relações de comparação e cuja referência ao objeto se dá por semelhança" (Santaella, 2004: 111). Sua natureza é *abstrativa*, qualitativa e imprecisa, é algo que se apresenta à percepção, de caráter associativo: "O ícone (...) é fruto de um potencial da mente para produzir configurações que não são copiadas de algo prévio, mas brotam sob o governo incontrolável das associações" (Santaella, 2004: 114).

Chegamos a este ponto por considerarmos a escolha do substantivo, na busca da palavra exata para exprimir/representar nossas idéias, uma espécie de processo de produção de metáfora, a qual é vista em Peirce como *signo icônico* que nasce de uma "identidade posta à mostra e representa seu objeto por similaridade no significado do representante e do representado" (Santaella, 2002: 18).

2.8- Signo icônico e metáfora

No estudo da iconicidade em Peirce, Santaella afirma: "Artistas e cientistas conhecem esse estado de indeterminação porque com eles convivem", e também: "O trabalho do poeta ou novelista não é tão profundamente diferente do trabalho do homem de ciência.". A autora explica que o ícone é "condição de espontaneidade livre, originaliana, que antecede toda descoberta ou criação, estado distraído mas concentrado, em que tudo está ainda disperso mas aquecido, prestes a surgir como uma *gestalt* em cuja pregnância a dispersão se imantará." (Santaella, 2004: 112). Nesta visão, a metáfora não é necessariamente um fenômeno da linguagem poética, ela pode estar presente nas mais diferentes formas de discurso, se assim considerada:

> As metáforas (...) representam o caráter representativo de um signo e traçam um paralelismo com algo diverso. Caráter representativo refere-se àquilo que dá ao signo poder para representar algo diverso dele. É isso que as metáforas representam. Extraem tão-somente o caráter, o potencial representativo em nível de qualidade, de algo e fazem o paralelo com alguma coisa diversa. Há sempre uma forte dose de mentalização e acionamento de significados nas metáforas. (Santaella, 2004: 120.)

Desse modo, o substantivo pode ser interpretado como signo icônico em qualquer situação discursiva, porquanto representa um objeto (que pode ser uma idéia), do qual extrai uma qualidade e a ele se associa, por mentalização e acionamento de significados, num processo de produção de metáfora.

De acordo com Santaella (2004: 111), em Peirce, o signo icônico "diz respeito a algo que já se apresenta como signo, representando alguma coisa e, como tal, intrinsecamente triádico, apesar de se tratar de uma tríade não genuína, visto que regida por relações de comparação e cuja referência ao objeto se dá por semelhança". Confirma-se mais uma vez, nesta definição, a relação entre as noções de "signo icônico" e "metáfora". O efeito que o signo icônico está apto a produzir é meramente hipotético e pode ser observado na seguinte metáfora de Fernando Pessoa, citada por Santaella como exemplo do caráter hipotético do *quali-signo*, um modo de classificação do ícone em Peirce: "O mito é o nada que é tudo". Para a autora,

> o aspecto qualitativo do mito fica de tal modo aí posto em relevo que o enunciado só pode despertar como efeito hipóteses e conjecturas acerca de sua significação. A abertura atributiva entre o extremo do tudo e o extremo do nada é tanta que nenhuma hipótese de significado, para essa frase, pode ser confirmada; está fadada a permanecer em nível de hipótese. (Santaella, 2004: 139.)

Por isso, apesar do aspecto simbólico das palavras que o autor utilizou (*tudo* e *nada*), que têm aí função nominativo-atributiva e, apesar do enunciado singular, esses símbolos ficam tão fragilizados na construção metafórica que acabam por produzir uma abertura interpretativa de caráter hipotético, que é característica dos signos icônicos.

A noção de metáfora também se associa à produção de imagem, esses dois conceitos, às vezes, se confundem. Para Aristóteles (1969), "a imagem é uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena". Castro vê a metáfora como a mais importante figura de palavras, como criação lingüística, conhecimento de realidades e mudança de sentido. Vale a pena discorrer sobre o estudo deste autor do conceito de metáfora, pois tal estudo remete às obras dos mais importantes autores do tema.

Entre os destaques, está a base das definições desde Aristóteles: "a metáfora é transferência de sentido de um conceito a outro" (Konrad, 1958). Aristóteles (1969) já observara, na metáfora, um "ar estrangeiro", que é o efeito inesperado. Castro depreende, das obras de Bühler, um ensaio de focalização dos elementos constitutivos da metáfora e uma tentativa de reconstituição do fenômeno pela análise da abstração, da relação de dois termos, do efeito da transposição e de outros fatores: "O uso da metáfora implica uma abstração de alguns atributos do termo quando usado no sentido próprio, passando para o emprego metafórico apenas o atributo comum aos dois sentidos" (Castro, 1978: 13-14). Com Konrad (1958), Castro vê um processo psico-associativo na metáfora, com base na similitude, mas dá ênfase à observação do fenômeno do ponto de vista lingüístico. Refere-se à semelhança de *forma* (a mais freqüente), de *função*, de *situação*, às metáforas *afetivas* e às *sinestésicas*.

Ao lembrar Porzig (1964), Castro alerta para a importância da consciência no processo de construção da metáfora: "se se não tiver presente a consciência desse emprego, não haverá mais metáfora", é o caso das metáforas *fossilizadas*, ou *mortas*.

Essa consciência é também um fundamento ou razão da capacidade de ser do signo: ele não o será enquanto não for interpretado como tal. E é da perda dessa consciência que resulta, muitas vezes, o que se entende por 'arbitrariedade'.

Mas voltemos a Castro.

Em Herculano de Carvalho, Castro destaca a metáfora como "fenômeno cognitivo" e como "produto lingüístico de uma visão intuitiva" (Carvalho, 1969: 180). Dá como características da metáfora a hiperbolização: a potencialização de um aspecto particular do objeto, e a perda de uma parte do valor referencial da palavra. Retoma Aristóteles (1969): "as hipérboles que mais saboreamos são igualmente metáforas". Na seqüência, trata das metáforas fossilizadas como aquelas que perderam o valor de imagem: são "ex-metáforas", porque penetraram no sistema da língua, na "tradição da comunidade" (cf. Castro, 1978: 22), e completa, citando Coseriu (1955: 16-17):

> Todavia, há que levar em conta que, "pelo menos durante certo tempo, algo desse valor metafórico do signo-imagem se conserva no sistema, em relação com os demais signos", o que possibilita muitas vezes "intuir o ato de criação antes mesmo de toda investigação etimológica". Isso vem demonstrar a existência de "um aspecto convencional dos signos, ou, pelo menos, de certos signos" sentidos tradicionalmente como *imagens*. (Castro, 1978: 22.)

Como exemplo de signo "desmetaforizado", apresenta *pena* (de escrever), que perdeu totalmente a relação semântica evidente com os demais signos, tornando-se próprio, convencional (cf. Coseriu, 1955: 16-17).

Desse modo, a metáfora afeta o conjunto da linguagem, faz-se presente tanto na função poética como na linguagem científica ou cotidiana, como procedimento regular de aproveitamento dos recursos do próprio sistema lingüístico, pois "todo ato de fala é criação decorrente de um saber lingüístico anterior" (Coseriu, 1955: 11-12). Isto corrobora as noções de carga semântica e de signo lingüístico icônico. É nesse sentido que se dá a *interdição do vocabulário*, como o tabu lingüístico, determinado por razões de educação, cortesia, decência, superstições ou crenças, que dão lugar aos "relativos termos científicos" ou, na linguagem corrente, aos "eufemismos geralmente metafóricos", (cf. Coseriu, 1955: 22-26).

Castro cita Câmara Jr. (1964) para quem a metáfora é criada no trabalho mental de apreensão.

Na busca de uma nova definição, A. Henry (1971) conclui que "a metáfora é uma identidade abreviada", "síntese duma metonímia em curto-circuito", "uma identificação metonímica", ou "uma superposição metonímica que cria no discurso uma sinonímia subjetiva". Explica que as "duas entidades conceituais, situadas em dois campos associativos diferentes, são consideradas metonimicamente". Castro chama atenção para a identidade "parcial" entre essas entidades, que não pode, senão "figurativamente", cobrir os dois conceitos, mas apenas uma "porção", um "sema". Essa noção recupera a idéia de "*incompletude do* signo", em Peirce:

> a ligação do signo ao objeto se dá *sob algum aspecto ou qualidade*, quer dizer: o signo está ligado ao objeto não em virtude de todos os aspectos do objeto, porque, se assim o fosse, ele seria o próprio objeto. Pois bem, ele é signo justamente porque não pode ser o objeto. Desse modo, haverá muitos aspectos do objeto que ele não tem poder de recobrir. (Santaella, 2004: 29-30.)

De acordo com Martins (1989: 23), o conteúdo subjetivo é a manifestação dos estados emotivos e dos juízos de valor (valor atributivo) daquele que fala ou escreve e que desperta em quem ouve ou lê uma reação também de ordem afetiva. Isso vai constituir, na visão semiótica, a lógica de geração ininterrupta de signos (Santaella, 2004: 18) e o processo da comunicação, assim entendido:

> A comunicação verbal é um processo de negociação de sentidos. Envolve as imagens mentais, construídas por um enunciador, que são traduzidas em signos (verbais e

> não-verbais, no caso do texto escrito), e que são reconstruídas pelo leitor ou intérprete (co-enunciador). (Freitas, 2007.)

A conotação e a denotação são caminhos que também levam à função representativa do signo. Sobre esse aspecto, destacamos a concepção de Cohen (1974: 169), que corrobora e resume o nosso modo de entender o substantivo:

> Há dois tipos de representação, e cada palavra virtualmente tem o poder de evocar outra, segundo a estrutura da mensagem em que aparece. Portanto, cada palavra tem um duplo sentido virtual, denotativo e conotativo. O sentido denotativo é o que vem nos dicionários. A palavra é definida segundo as qualidades "cognitivas" do referente. As qualidades afetivas ou "terciárias" não aparecem, a não ser como "sentido figurado", quando a palavra é objeto de uma metáfora de uso. Mas poderíamos imaginar um "dicionário conotativo" no qual as palavras seriam definidas a partir das qualidades afetivas. *Vermelho* significa "excitante, violento"; *azul, "calmo, sereno"*, etc.

Tomem-se os exemplos citados como substantivos, que originariamente o são, e ficará muito claro o que queremos demonstrar.

3- O NOME NO DISCURSO: UM OLHAR ATENTO PARA A ICONICIDADE DO SUBSTANTIVO

3.1- Situação do tema em relação a estudos anteriores das classes de palavras

Margarida Basílio (2004-1: 50) analisou os critérios da divisão de palavras em classes e constatou que a maior parte das gramáticas define o substantivo como "palavra com que designamos os seres", que é, sem dúvida, uma definição de base semântica. Em seu livro (*Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*), declara que o sufixo *–ão*, no substantivo *orelhão*, tem função de designação – "telefones públicos instalados nas calçadas, cobertos por uma pequena proteção acústica de forma esférico-ovalada" (Basílio, 2004-1: 23). Mas afirma que esse nome não significa "orelha grande".

Para que se considere a afirmação de Basílio, entretanto, é necessário que se despreze o conteúdo metafórico produzido a partir da associação imagética da forma esférico-ovalada da cobertura do aparelho com a forma da orelha humana e, por que não dizer, com o fato da comunicação ser veiculada por meio desses aparelhos e, ao mesmo tempo (por contigüidade), através do sentido da audição, as quais são, provavelmente, as motivações contextuais da designação em questão. Desprezado esse conteúdo – essas razões formais, contextuais e semânticas − fica a gramática distanciada da realidade social e, conseqüentemente, dos contextos de ocorrência do termo, deixando de revelar o componente semiótico-histórico-ideológico do substantivo.

O que ocorre, na interpretação do referido signo e nos processos de significação em geral, é a "ênfase de um determinado sema" ou "valência semântica", que, na interpretação, é regulada pela subjetividade, mas também pelas propriedades denotacionais que emergem dos próprios contextos de ocorrência. (Cf. Simões, 2003: 50). Lembrando que a imagem detém força especial, Simões observa que "Podemos desenhar uma casa com olhos, nariz, boca, etc., mas, ao lê-la, a noção evocada é a de casa." (id. ib.: 43). É, certamente, o que ocorre com o substantivo *orelhão*.

Maria Aparecida M. de Pinilla (2004) investigou as formas como vêm sendo tratadas as classes de palavras nas aulas de Português. Ela faz referência, entre outros, a: Perini (1997), que defende a divisão das classes gramaticais no ensino, como meio de tratar das palavras com um mínimo de economia e para não deixar de exprimir muitas generalizações importantes sobre a estrutura da língua (cf. Pinilla, 2004); Neves (1990), que, após pesquisa, concluiu que os exercícios de reconhecimento das classes e das funções sintáticas têm prioridade nas aulas de Português do Ensino Fundamental e Médio; Câmara Jr. (1980), para quem o vocábulo é uma unidade de forma (propriedades formais) e sentido (significação), que são indissociáveis. Para este lingüista, esse critério "compósito" (ou "morfo-semântico") seria o fundamento primário da classificação dos vocábulos em português (cf. Pinilla, 2004). Pelo critério semântico, os nomes representariam "coisas" ou seres (Câmara Jr., 1980: 77-78).

Esse modo de entender os nomes, como propõe Mattoso Câmara Jr., reforça a idéia de "representação". Entretanto, a sua proposta faz referência ao objeto da nomeação, mas não aos fatores da enunciação, constituindo-se, assim, uma representação "objetivizada", como se vê, ainda, em Vilela & Koch (2001).

A validação das classes, para Perini, e a valorização do seu estudo, reconhecida por Neves (1990), entre os professores do Ensino Fundamental e Médio, endossam a importância de dar continuidade a essas investigações na perspectiva do ensino. Já as observações e concepções de Mattoso Câmara Jr., Margarida Basílio e Vilela & Koch nos motivam a avançar e aprofundar nos conceitos da Semântica relacionados com o substantivo.

O que os autores em geral costumam chamar de critério semântico, na definição do substantivo, que se refere ao universo biossocial, é o fato de a classe designar "os seres que existem ou que imaginamos existir" (Pinilla, 2004: quadro 3, p. 117). Pinilla destaca, na formação dos nomes e também dos verbos, a *base lexical*, que remete ao mundo exterior e que os enquadra no léxico do português, diferenciando-os das palavras de *base gramatical*, que são responsáveis pelas relações que se estabelecem na estruturação da frase.

Azeredo (2000, *apud* Pinilla, 2004: 120), divide as palavras em dois grandes grupos: palavras lexicais ou lexemas, também chamadas de palavras nocionais, considerados nesta categoria os substantivos, adjetivos e verbos; e as palavras ou instrumentos gramaticais, grupo do qual fazem parte os artigos e as preposições. Às

características semânticas das palavras de cada grupo, Azeredo chama *função comunicativa*, e as divide em: *designação, modificação, predicação, indicação, quantificação e condensação*. Nessa proposta, a classe à qual corresponde o substantivo é a da *designação*.

Eulália Fernandes (1998, *apud* Pinilla, 2004: 121) propõe a divisão morfo-funcional das classes em nucleares, periféricas e conectivas e observa que uma mesma classe pode ter qualquer um dos três funcionamentos. A essa observação, podemos acrescentar que o uso do substantivo como classe periférica, passando a funcionar como um verdadeiro adjetivo, é possível graças ao seu valor atributivo, que é uma característica semântico-discursiva de efeito estilístico.

Para Travaglia (2003), "Quase nunca se trata do emprego das classes de palavras". Entretanto, quando a nossa preocupação didática estiver voltada para o uso, será possível observar melhor os aspectos discursivos que relacionam gramática e produtividade semântica nos textos − o que Pinilla entende por atuação de cada classe na organização e produção de textos, referindo-se, porém, somente à exploração expressiva das possibilidades combinatórias das palavras na construção textual, não demonstrando preocupação ou interesse pela *seleção*. Nessa atividade, não só os elementos expressivos, mas também os aspectos discursivos entram em cena para a produção de sentido. E é o próprio Travaglia, em *Gramática e Interação* (2000: 77), que afirma: "Em todos os elementos constitutivos de nossa língua há a influência da forma como a sociedade estruturou a visão dos fatos, a perspectiva de que os vê". E dá, como exemplos: 1- o substantivo *pagão*, em três momentos históricos – na linguagem militar romana: "o que não é soldado, militar"; com o advento do cristianismo: "os que não eram soldados de Cristo"; com a instituição do batismo como sacramento: "o indivíduo não batizado"; 2- quatro diferentes designações para pessoas que "matam" (*açougueiro, soldado, carrasco, médico*), numa piada; e outras formas (cf. Travaglia, 2000: 78-79).

Desses autores, Travaglia é o que parece mais sensível ao potencial semântico e ao significado contextual dos nomes, que levam a uma preocupação com o seu valor icônico e com os problemas da seleção e dos efeitos de sentido.

3.2- O processo de escolha e a evolução semântica

Se vamos falar de escolha, vamos falar de sinônimos, de atribuição de valores, de estilo, subjetividade e associação.

Como diferenças ou fatores que podem influenciar a escolha entre sinônimos, Ullmann (1987: 291 e segs.) aponta o fato de serem uns mais gerais ou afetivos que outros, uns serem valorativos e outros depreciativos, o cunho regional, a harmonia da frase, o grau de espontaneidade expressiva ou teor evocativo e, no nível textual, preocupações com a repetição de palavras, com colisões fônicas, ambigüidade e adequação ao gênero. A intenção do enunciador e a natureza do destinatário também interferem na seleção: o enunciador pode ter em vista tão somente a eficácia comunicativa, mas também ter intenções enfatizadoras ou falaciosas, na produção de determinados sentidos.

Os valores expressivos e associativos das palavras, que preocupam Ullmann, podem ser entendidos como fatores de informação sobre o estilo, a intenção, o conhecimento e a visão de mundo do falante.

A escolha e, como conseqüência desta, o uso contribuem para a evolução semântica dos signos lingüísticos.

Ullmann (1987: 411-438) aponta as seguintes causas de evolução semântica das palavras, na perspectiva histórica, dando destaque às designativas – os nomes: *causas lingüísticas*, em que sobressaem mudanças de sentido por contágio, entre termos que se associam sintagmática ou paradigmaticamente; *causas históricas*, que interferem no processo civilizatório e lingüístico, através do progresso material e científico e da pluralidade cultural: nomes passam a ter novos referentes e vice-versa; *causas sociais*, que identificam alterações no uso de termos gerais com sentido restrito e outros, de uso especializado, que passam a ter novos sentidos e o âmbito de seu emprego ampliado; *causas psicológicas*, que abrangem mudanças decorrentes de fatores emotivos, tabus, usos metafóricos e metonímicos. Sobre esta parte, Marques comenta:

> Os fatores emotivos são fontes permanentes de novos sentidos para termos ligados às mais diversas experiências humanas: *hospício, asilo*, associados a 'abrigo', hospedaria' tornam-se termos restritos a sentidos referentes à segregação,

> essencialmente de indivíduos problemáticos e socialmente marginalizados, loucos, idosos. Geram tabus lingüísticos termos que designam objetos e idéias proibidas, psicologicamente ameaçadoras, interditadas moral e culturalmente. Há tabus de medo, de polidez, de decência, etc. (Marques, 2003: 66.)

Além dessas causas, Ullmann menciona ainda: a influência estrangeira − empréstimos semânticos (cf. Ullmann, 1987: 345 e seg. e 354 e seg.) e a necessidade de um nome novo (cf. Ullmann, 1987: 436 e seg.).

O autor (Ullmann, 1987: 438 e seg.) aponta as relações que podem ser estabelecidas entre palavras numa língua: entre dois nomes, entre dois sentidos ou entre nomes e sentidos, ao mesmo tempo, e distingue as mudanças nessas relações em três grupos, assim sintetizados por Marques (2003: 67):

- alterações decorrentes de fatores externos, históricos, socioculturais (...)
- alterações complexas, decorrentes de fatores múltiplos, em que atuam concomitantemente os diversos fatores externos e internos;
- alterações decorrentes de fatores internos, em que se distinguem:
  - alterações por semelhança de sentidos (metáforas);
  - alterações por semelhança de nomes (substituições, analogias);
  - alterações por contigüidade de sentido (metonímias);
  - alterações por contigüidade de nomes (elipses, siglas).

Entre os fatores que contribuem para essas mudanças semânticas, estão o modo descontínuo como a língua é transmitida de geração a geração, o que favorece os equívocos de interpretação; a imprecisão do próprio significado; a perda de *motivação*, quando a palavra perde a sua ligação com a sua raiz e a sua família etimológica; o fenômeno da *polissemia*, que introduz na língua um elemento de flexibilidade; *contextos ambíguos*, nos quais uma palavra particular pode ser tomada em dois sentidos diferentes enquanto que o significado da expressão no seu conjunto permanece inalterado; a instabilidade da estrutura do vocabulário, na qual palavras individuais podem adquirir e perder significados com a maior facilidade.

Já para Bakhtin, tanto a seleção como o fenômeno da evolução semântica estão associados a um julgamento de valor.

Do ponto de vista da relação entre a língua, vista como sistema abstrato de possibilidades, e a língua quando tomada como realidade concreta, Bakhtin (1979: 118-122) releva o aspecto *apreciativo* da palavra. Segundo ele, toda enunciação compreende

uma *orientação* apreciativa, e: "É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação" (Bakhtin, 1979: 120). Desta afirmação, exclui apenas "os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação" (Bakhtin, 1979: 120) que são, no nosso entender, as *palavras gramaticais*, de Azeredo e de Pinilla e, para Mattoso Câmara, os conectivos considerados *morfemas gramaticais*, os quais pertencem "ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo biossocial" (Câmara Jr., 1980: 80). Tanto a denotação (definida como *significação objetiva*) como a conotação e, até mesmo, a mudança de significação devem-se, de acordo com Bakhtin, à apreciação. Aliás, nesse ponto de vista, a mudança de significação é sempre uma *reavaliação*: "o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro" (Bakhtin, 1979: 121). A evolução semântica é associada, pelo filósofo, à expansão da infra-estrutura econômica de determinado grupo. Com o capitalismo, o homem tende a relacionar-se com os mais remotos sistemas do universo, de modo que a sua existência está emocionalmente ligada à existência do outro, o que vai resultar na incessante luta social, de onde se originam os julgamentos de valor que se refletem, inevitavelmente, na língua e nos processos de comunicação. Assim diz ele: "É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias" (Bakhtin, 1979: 122).

A respeito desse processo de evolução semântico-discursiva das palavras, Cereja, já citado por seu artigo *Significação e Tema* (2005), fundamentado nos conceitos e na teoria de Bakhtin, analisa o substantivo *companheiro*, desde o ponto de vista etimológico até o seu uso na esfera política, que é também um exemplo claro de *sentidos potenciais* disponíveis na língua para diferentes locutores, em diferentes situações concretas de enunciação.

Os sentidos históricos potenciais e a evolução semântica também contribuem para a construção da iconicidade dos substantivos.

3.3- Visão pragmática

3.3.1- Os princípios gerais da significação na perspectiva pragmática dos 'atos de fala'

De acordo com Searle (1981: 59), a diferença entre emitir apenas sons ou escrever e realizar um ato ilocucional é que "os sons ou signos gráficos produzidos na execução de um ato ilocucional *têm uma significação*, e uma segunda diferença, ligada à primeira, é que, pela enunciação daqueles sons ou signos gráficos, *se quer dizer alguma coisa*" (grifos do autor). A primeira diferença alerta para o problema da interpretação. A segunda dá relevo às intenções do enunciador. Para Searle, essas intenções têm uma natureza muito especial, que opõe a comunicação lingüística aos fenômenos naturais. São intenções particulares dos atos de fala, os quais se realizam em conformidade com certas regras.

A hipótese em que se baseia Searle de que falar uma língua é executar atos de fala de acordo com regras diz respeito mais às regras constitutivas do que às regras propriamente normativas. Searle faz essa distinção e não nega que existem regras normativas que regem o uso da língua: regras técnicas e estratégicas, imperativas e convencionais. Mas executar atos de fala, considerados como atos de linguagem (em oposição a uso da língua), implica regras constitutivas subjacentes, um outro tipo de convenção:

> A forma que esta hipótese tomará é que a estrutura semântica de uma língua pode ser vista como uma realização convencional de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes, e que os actos de fala se caracterizam pelo facto de serem executados pela enunciação de expressões, de acordo com esses conjuntos de regras constitutivas (Searle, 1981: 52).

Ao falar de regras constitutivas, Searle tem em vista as regras para a indicação da força ilocucional.

As regras normativas são construções imperativas e governam formas de comportamentos pré-existentes, ou seja, que não dependem das regras para existir: as regras de cortesia ou do trânsito, por exemplo. Já as regras constitutivas criam ou

definem novas regras de comportamento, constituem e governam uma atividade cuja existência é logicamente dependente das regras: é o caso das regras do futebol ou do xadrez, se considerarmos que não apenas orientam como se joga, mas constituem mesmo os próprios jogos. Por outro lado, não se pode marcar um gol fora de certas convenções (regras normativas). As normativas podem ser parafraseadas como "Faça *X*" ou "Se *Y* faça *X*". As constitutivas têm, normalmente, a forma: "*X* conta com *Y* no contexto *C*". Estas aparecem em sistemas e é, às vezes, o sistema todo que governa a regra. "Não usar gravata no jantar é considerado como comportamento errado para um oficial" é uma regra normativa, mas o último sintagma nominal – *comportamento errado* - é usado como um termo de apreciação, e não de especificação: não é um simples rótulo, mas o termo *Y*, que marca algo que tem conseqüências posteriores, que vai constituir uma nova regra dentro de um sistema maior, o qual tem as mesmas regras subjacentes (cf. Searle, 1981: 49).

As regras constitutivas acabam funcionando como uma espécie de restrição imposta pelas condições culturais, sociais, históricas e se associam às condições de processamento decorrentes do uso da língua. Elas interferem tanto no processo de seleção dos constituintes textuais como na interpretação, sob a forma de *memória discursiva*. (Voltamos a falar disso mais adiante.)

Neste sentido, atos ilocucionais são também governados por regras. Estas regras (entendidas como convenções) contribuem para nortear a interpretação permitindo, entretanto, um fluxo maior de interpretantes para os signos lingüísticos, o que orienta para uma compreensão discursiva e constitutiva desses elementos. O sistema de regras é o que torna regular e sistemático o nosso uso dos elementos lingüísticos, condição mínima para a comunicação.

Maingueneau (1996: 18-19) atesta essa visão pragmática da linguagem como instituição, a qual se realiza através de um código de regras compartilhadas que permite, na interação, o reconhecimento do ato em questão. É o que garante a validade e o sentido dos atos no exercício do discurso. Desse modo, as noções de língua como instituição e de código lingüístico ganham também um sentido deslocado do pensamento estruturalista: em lugar de relacioná-las com sistemas de informações (codificação/decodificação), associam-se esses conceitos ao fazer social, em proveito de uma "etnologia das interações" (Maingueneau, 1996: 19).

> Na perspectiva pragmática, a interpretação dos enunciados não é considerada como uma disposição de unidades dotadas de sentido que bastaria identificar e combinar, mas antes como uma rede de instruções que permitem que o co-enunciador construa o sentido. Às hipóteses do enunciador sobre seu destinatário correspondem, assim, as do último sobre o enunciador. Todas essas hipóteses baseiam-se em normas e lugares-comuns que supostamente os interlocutores de uma língua compartilham quando discorrem. Disso resulta uma *dissimetria* radical entre enunciação e recepção. (Maingueneau, 1996: 21.)

Essa dissimetria baseia-se na explicação de A. Culioli (1973), que acredita na dupla intenção de significação entre os enunciadores, ambos, ao mesmo tempo, emissores e receptores, não apenas em sucessão, mas no próprio momento da enunciação.

Maingueneau lembra, ainda, que o sentido dialógico (fundamentado em Bakhtin) não implica os interlocutores em presença um do outro. Ele diz respeito à orientação do sentido para o outro, a quem o emissor tem a intenção de comunicar algo e que, por isso: "Reformulando, antecipando as reações do outro, ele esforça-se por controlar uma interpretação que, de fato, jamais pode ser dominada por completo" (Maingueneau, 1996: 22).

Sobre a dinâmica da significação, Silva (2005) ressalta a expressão *efeitos de sentido*. Para a Pragmática, "o **sentido** do discurso é seu **efeito de sentido**, isto é, o que se produz, a ordem da significação, pelo fato de ter acontecido um determinado enunciado em determinadas condições de enunciação" (Silva, 2005: XV-XVI – grifos do autor). Essa expressão tem uma longa trajetória, desde Guillaune (1964: sentido & efeitos de sentido), passando por Pêcheux (1969: efeitos de sentido entre os interlocutores), por Cornulier (1985: sentidos apreendidos por inferência), e foi difundida por Charaudeau (1992, 1995 e 1997), que propõe a distinção entre *efeito pretendido* e *efeito produzido*: "Do ponto de vista da análise de textos, pode-se dizer que um texto é portador de um conjunto de 'efeitos possíveis', correspondentes tanto aos efeitos pretendidos da instância de comunicação quanto aos efeitos produzidos pela instância de interpretação" (Charaudeau & Maingueneau, 2006: 180). Charaudeau e Maingueneau (2006) acrescentam que todos esses efeitos "fazem eco à *força ilocutória* e *perlocutória* dos atos de linguagem". (Cf. Silva, 2005: XVI e cf. Charaudeau & Maingueneau, 2006: 179-180.)

Na nossa análise dos processos de significação, todos esses aspectos são levados em conta.

3.3.2- A 'referenciação' como ato de fala

Searle (1981) estuda os *atos de fala* (aos quais também chama *atos lingüísticos* ou *atos de linguagem*), para estudar os problemas da filosofia da linguagem. Ele caracteriza os elementos lingüísticos e, a partir dessa caracterização, procura fazer generalizações. Na discussão dos termos de caracterização, Searle dedica maior atenção aos termos *analítico* e *sinônimo*, sobre os quais afirma: "duas palavras são sinônimas se tiverem a mesma significação" e "um enunciado é analítico se e somente se for verdadeiro em virtude da sua significação ou por definição" (Searle, 1981:13). Esses conceitos são, entretanto, considerados frágeis por outros teóricos, pela debilidade da própria noção de significação. Diante de tais objeções, Searle se propõe a fornecer critérios que validem a aplicação dos termos.

Essa discussão é também pertinente ao nosso estudo, cujo objeto está sujeito, do mesmo modo, à imprecisão, no que se refere ao significado do substantivo considerado como signo, ou seja, como um construto social que se atualiza na interação. Além disso, se estamos trabalhando no espaço da seleção vocabular, no eixo paradigmático, precisamos ter em vista a noção de sinonímia. E, se estamos trabalhando com a noção de atribuição de valores, precisamos compreender o enunciado analítico.

Para Wittgenstein (cf. Searle, 1981: 18), exatidão depende dos propósitos que se tem. A essa concepção, Searle, de uma forma ou de outra, acrescenta que, mesmo que tenhamos um critério operacional para afirmar se duas expressões são ou não sinônimas, esse critério está sujeito a conhecimentos prévios e ao comportamento lingüístico dos falantes.

Searle propõe fornecer caracterizações e explicações para o uso que fazemos dos elementos lingüísticos, baseando-se, em grande parte, nas instituições do falante e na hipótese da linguagem como comportamento intencional (cf. Searle, 1981: 25-26). Para ele, o uso dos elementos lingüísticos é regido por regras:

> Falar uma língua é executar actos de fala, actos como: fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e, num domínio mais abstracto, actos como:

> referir e predicar; em segundo lugar, estes actos são, em geral, possíveis graças a certas regras para o uso de elementos lingüísticos e é em conformidade com elas que eles se realizam. (Searle, 1981: 26.)

Ato de fala, para Searle, é "a produção ou emissão de uma ocorrência de frase sob certas condições, é a unidade básica ou mínima da comunicação lingüística" (Searle, 1981: 26). Quando diz isso, Searle refere-se a atos de fala completos, como asseverar, perguntar, ordenar, etc., ou seja, aos *atos ilocucionais*. Ele afirma que, ao executar cada um desses atos, o falante executa outros atos: referir e predicar (*atos proposicionais*) e enunciar palavras, morfemas, frases (*atos de enunciação*). E que a realização de um mesmo ato de enunciação por dois falantes diferentes ou de um mesmo falante em ocasiões diferentes não corresponde, necessariamente, à realização dos mesmos atos proposicionais e ilocucionais. Disso decorre certa imprecisão: enquanto para realizar um *ato de enunciação* basta enunciar uma seqüência de palavras, para realizar *atos ilocucionais* e *atos proposicionais* (entre os quais se incluem os *atos de referenciação*), é preciso "pronunciar palavras no interior de frases, em determinadas situações, sob certas condições e com certas intenções" (Searle, 1981: 36-37). Searle acrescenta, ainda, que todos esses atos são geradores de efeitos ou conseqüências, previsíveis ou não, sobre as ações, pensamentos ou crenças dos ouvintes. A esses efeitos e conseqüências, Austin (1962) denomina *atos perlocucionais*.

Dessa imprecisão vai decorrer, às vezes, certa confusão na classificação dos *atos de fala*. Por exemplo, a *definição* e a *identificação*, que o próprio Searle apresenta como *atos proposicionais de referenciação*, poderiam, em nossa opinião, ser compreendidos como *atos ilocucionais*, pois não há como separar os atos lingüísticos de definir e identificar das ações intencionais do falante que esses atos lingüísticos representam. Onde estão esses limites? Se a questão é, então, considerar *atos ilocucionais* apenas os *atos de fala completos*, isto é, cuja forma gramatical característica é a frase completa (cf. Searle, 1981: 38), então o problema pode estar aí, porque, ao produzir uma simples referência, ou seja, ao dizer ou enunciar um nome (substantivo), o falante pode, efetivamente, estar realizando um ato de classificar, rotular, até mesmo de "segregar", que poderiam ser incluídos no mesmo domínio de força ilocucional de verbos como *aprovar* e *criticar*, que aparecem entre os listados por Searle para designar *atos ilocucionais* (cf. Searle, 1981: 35). A imprecisão também ocorre na delimitação das noções de *ato perlocucionário* e *ato ilocucionário*, já que ambos podem ser entendidos

como efeitos dos *atos de enunciação* e dos *atos proposicionais*. Autores como Maingueneau (1996) e Koch (2001) discutem esses limites e reconhecem a complexidade da questão. De qualquer modo, nesta parte da pesquisa, partindo da afirmação de Searle de que os atos de fala são formas de comportamento regidas por regras, mantivemos nosso foco nas formas substantivas que expressam uma intenção e um comportamento do falante sob determinadas condições, com o propósito único de investigar qual é a força ilocucional do emprego do substantivo nos atos concretos de enunciação, que é um efeito da iconicidade produzido na recepção.

3.3.3- Valor referencial do substantivo

Na nossa perspectiva, a qual tem em vista a interação verbal, ou seja, a efetiva correspondência entre produção e recepção, supõe-se que a iconicidade seja o valor discursivo que motiva e orienta a escolha de uma ou outra forma em enunciados concretos e deve, por isso, ser interpretada. Esta hipótese reflete uma preocupação com a inserção social dos sentidos construídos e a relação dos enunciados com os sujeitos discursivos neles presentes, o que justifica a investigação no âmbito da Pragmática. Neste sentido, a relação entre *nome* e *objeto nomeado* constitui-se num ato de referenciação.

Para Searle (1981), a *referenciação* é um *ato de fala*, tem função de designação e identificação e encontra-se inserida numa *proposição*. E uma proposição é expressa sempre na execução de um *ato ilocucional* (cf. Searle, 1981: 43). De acordo com essa teoria, ao compreender a enunciação de um nome como um *ato de referenciação*, ou seja, como um *ato proposicional*, fica implícita a ocorrência de um *ato ilocucional*. Desse modo, entendemos que, além da designação e da identificação, do ato de referenciação realizado pela enunciação de um substantivo, podem decorrer: a classificação, a conceituação, a rotulação e a representação de ideologias, modos de pensar e formas de ver o mundo, as quais, a nosso ver, são funções ou efeitos do processo de discursivização associados à referenciação e constituem *atos ilocucionais*.

O nosso propósito nesta seção é investigar "qual é a força ilocucional a atribuir à enunciação, ou ainda, qual é o acto ilocucional realizado pelo falante" − que é uma proposta de Searle (1981: 43) – quando profere um substantivo, ou melhor, quando

escolhe um nome numa situação concreta de discurso, ou seja: em determinada situação, sob certas condições e com certas intenções. Para nós, a referenciação tem valor icônico.

Os estudos dos processos de referenciação também têm seu lugar na Lingüística Textual. Koch (2004) apresenta uma análise desses processos centrada, principalmente, nas construções nominais e na nominalização, baseando-se numa concepção de percepção/interpretação focada no *ponto de vista* (já sugerida por Saussure), na prática social, na escolha intencional, na memória discursiva e na (re)construção interativa da realidade através da linguagem. Esta perspectiva, como se vê, é congruente com a nossa proposta e com os caminhos que vimos seguindo, por isso, também foi utilizada para orientar a análise neste capítulo.

Koch põe em foco a figura do *referente*, que se distingue da noção de *referência*, e inclui a percepção/cognição no aparelho teórico da semântica, de acordo com Blikstein (1985). O referente é visto como *objeto-do-discurso*, a referência é "aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade" (Koch, 2004: 57). Destaca-se, assim, a concepção triádica do signo: a referenciação é uma atividade sociocognitivo-discursiva que supõe a instabilidade na relação entre as palavras e as coisas. Para Mondada & Dubois (1995), lembra a autora, "as categorias utilizadas para descrever o mundo alteram-se tanto sincrônica quanto diacronicamente: quer nos discursos ordinários, quer nos discursos científicos, elas são plurais e mutáveis, antes de serem fixadas normativa e historicamente" (Koch, 2004: 54).

Mondada & Dubois teriam citado Sacks (s/d), para quem os atores sociais "decidem" como se referir uns aos outros ("como 'um velho', 'um banqueiro', 'um judeu' etc.") por meio de procedimentos lingüísticos e cognitivos que cabem a uma pragmática da enunciação descrever. A complexidade desses estudos está na tipificação em protótipos, que dependem da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo. Fala-se em "anáfora em entornos lingüísticos", como no enunciado "A ave caminhava pelo quintal", no qual "é mais comum o encadeamento com 'a galinha' que com 'o rouxinol', embora este seja – sem nenhuma especificação contextual – mais tipicamente ave que a galinha" (Roth & Shoben, 1983). Para Mondada e Dubois (1995), "aquilo que é habitualmente considerado um ponto estável

de referência para as categorias pode ser de-categorizado, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista".

Koch vê, assim, que o nome, como rótulo, corresponde a um protótipo que, no ato da nomeação, é compartilhado por inúmeros indivíduos através dos quais, por meio da comunicação lingüística, evolui para a representação coletiva que vai constituir o estereótipo. Essas noções de protótipo e estereótipo aproximam-se de esquemas e modelos sociocognitivos, que é o que se tem denominado *cognição social*, já definida por Dijk (1994, 1997), como "sistema de estratégias e estruturas mentais partilhadas pelos membros de um grupo, particularmente aquelas envolvidas na compreensão, produção ou representação de 'objetos' sociais tais como situações, interações, grupos ou instituições".

A cognição social assim entendida aproxima-se, por sua vez, do que vemos, em Searle, como *regras constitutivas*, que se associam, em Maingueneau, ao fazer social, ou seja, à força ilocucional dos atos de fala. Para Koch, "No momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos −, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos" (Koch, 2004: 57).

Koch relaciona todas essas questões com os processos de categorização e recategorização por meio de expressões nominais.

É nessa linha que a autora constrói o conceito de *referenciação*, que ela emprega em lugar da noção de *referência*, em relação às categorias *retomada* e *remissão*: retomada é *uma atividade de continuidade de um núcleo referencial* do co-texto, que implica referenciação; remissão também é uma atividade de referenciação, mas no nível da contextualidade; a referenciação é, assim, o "caso geral dos elementos designadores", ocorre na relação da referência com os demais elementos do co-texto ou do contexto, não importando ser ou não um caso de correferenciação. É "uma atividade de designação realizável por meio da língua", sem implicar uma remissão "pontualizada". (Koch, 2004: 59-60). De acordo com Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), tanto a referenciação como a progressão referencial consistem na construção e reconstrução de objetos-de-discurso, que são produtos fundamentalmente culturais da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Dessas atividades decorre a (re)construção do próprio real.

Koch contempla a referenciação como atividade discursiva que consiste em escolha do material lingüístico por parte do sujeito, durante a interação verbal, para representar estados de coisas, com vistas à concretização de um projeto de sentido. Nessa atividade, incluem-se as formas de nomeação, entendidas como um modo de interagir com o mundo: de, num só tempo, interpretar e (re)construir o mundo, operando com a memória discursiva e com processos de *anaforização*, nos quais intervêm

> o saber construído lingüisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos lingüísticos tomados como premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares-comuns argumentativos de uma dada sociedade. (Koch, 2004: 62.)

Nessa (re)construção, avaliam-se e categorizam-se os modelos textuais, que se estabilizam ou se modificam por meio de novas referenciações.

As "premissas", ou seja, os "conteúdos lingüísticos" a que se refere Koch, são, para nós, as "pistas de leitura".

Cabe ressaltar os dois casos de introdução (ativação) de referentes textuais (Prince, 1981) apresentados: a introdução "ancorada" e a introdução "não-ancorada". A primeira dá-se por associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo e/ou por inferenciação, e pode explorar relações metonímicas. É, para Koch, o caso das nominalizações. A segunda, se é introduzido no texto um objeto-de-discurso totalmente novo. Este, quando representado por uma expressão nominal, opera uma (re)*categorização* do referente. (Cf. Koch, 2004: 64-66.)

Francis (1994) considera os processos de nominalização como *rotulações*, resultantes de encapsulamentos operados sobre predicações antecedentes ou subseqüentes, ou seja, que condensam uma informação. Apothéloz & Chane (1997) denominam *nominalização* ao tipo de operação discursiva e *substantivo predicativo* ao lexema utilizado como nome-núcleo desta operação, e consideram as descrições nominais definidas, que são caracterizadas "por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades do referente – reais, co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor – , daquela ou daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do locutor" (Apotéloz & Chanet, 1997).

A expressão nominal é a forma própria desse processo de encapsulamento das informações e o meio de transformá-las em objetos-de-discurso. Inserida numa proposição-suporte, num ato de interação verbal, constitui uma seleção particular, única, entre outras lexicalizações possíveis.

A referência dá-se em virtude dessas informações que dizem respeito unicamente ao objeto discursivamente constituído, que são conhecidas do emissor e por ele são indicadas e comunicadas ao interlocutor.

A força ilocucional do ato de referenciação vai depender, de acordo com Searle (1981: 93-94), de vários princípios que envolvem a "qualidade do ato", as posições relativas do locutor e do interlocutor, o grau de compromisso assumido, o conteúdo proposicional, os interesses dos interlocutores, os diferentes estados psicológicos envolvidos no ato proposicional e a relação da emissão com os demais elementos do co-texto e do contexto. Em função disso, Searle chama, mais uma vez, a atenção para os fatos de uma mesma enunciação poder constituir vários atos ilocucionais diferentes e de um ato proposicional jamais ocorrer isoladamente, mas somente como parte de algum ato ilocucional. (Cf. Searle, 1981: 94 e 210.)

3.4- Gênero, polifonia e intertextualidade na produção da iconicidade do substantivo

A *memória discursiva* constitui-se dos saberes, conhecimentos e crenças de uma comunidade discursiva e é, desse modo, uma característica do gênero que se reflete nos discursos, pelo aspecto dialógico e polifônico dos enunciados. A seguir (em 5.4.1 e 5.4.2), discutem-se esses conceitos e as suas implicações como aspectos da iconicidade do substantivo.

3.4.1- Polifonia e intertextualidade

Para Bakhtin (1997:350),

> A palavra (e em geral, o signo) é interindividual. Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da "alma", fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra para o locutor apenas. O autor (o locutor) tem seus direitos imprescindíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que não seja de alguém).

Sobre isso, Cereja comenta: "Do ponto de vista bakhtiniano, palavra é indissociável do discurso; palavra é discurso. Mas palavra também é história, é ideologia, é luta social, já que ela é a síntese das práticas discursivas historicamente construídas" (Cereja, *in* Brait, org., 2005: 204).

A intertextualidade, considerada como uma propriedade constitutiva de qualquer texto, como variante da *interdiscursividade*, é, nas palavras de Charaudeau e Maingueneau (2004: 288): "o conjunto das *relações* explícitas ou implícitas *que um texto ou um grupo de textos determinado* mantém com outros textos" (grifos do autor).

Essa perspectiva contribui para a observação do substantivo além do sentido denotado: na sua significância histórica, conceitual, contextual, discursiva – portanto, social, pragmática, interacional.

Em Bakhtin, o problema da intertextualidade está estreitamente relacionado com o gênero. Para ele, aliás, isso ocorre com todos os aspectos da linguagem. O filósofo entende que os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais estão 'respondendo' e por textos subseqüentes que eles 'antecipam' – desde turnos, nos diálogos, até outros enunciados ou outros textos, de outros ou do próprio falante. Desse modo, vão-se constituindo as *cadeias intertextuais*. Veja o destaque:

> Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...), estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (Bakhtin, 1997: 314)

Assim, em Lingüística, a polifonia, associada ao nível do enunciado, inclui marcas dos protagonistas de sua enunciação, mas a estrutura polifônica, que se situa efetivamente no nível da língua (ou da frase) só se descobre por um exame dos (co)textos aos quais os enunciados são suscetíveis de se integrar. Neste sentido, para Charaudeau e Maingueneau, a teoria polifônica é uma *teoria semântica discursiva, estruturalista e instrucional* para a leitura dos enunciados e dos textos em sua globalidade. (Cf. Charaudeau & Maingueneau, 2004: 387). A nosso ver, a polifonia é

um aspecto da iconicidade marcado por diversos meios lingüísticos (lexicais, sintáticos etc.), que se manifesta na interpretação do discurso. Como aspecto da iconicidade, contribui para o sentido histórico e social do substantivo, que é construído nas diversas e contínuas relações que se estabelecem na sociedade, através dos discursos.

Fairclough reforça a visão de Bakhtin, desenvolvendo um conceito de intertextualidade em termos da produção, distribuição e consumo dos textos: em termos de produção, a intertextualidade acentua a historicidade dos textos − "a maneira como eles sempre constituem acréscimos às 'cadeias de comunicação verbal' existentes" (Bakhtin, 1997: 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. Na perspectiva da distribuição, é útil na exploração de redes relativamente estáveis – que Bakhtin aproveita na conceituação de *gêneros do discurso* (cf. Bakhtin, 1997: 279) – em que os textos se movimentam, sofrendo transformações previsíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro. Em termos de consumo, acentua que a interpretação é moldada não apenas pelo texto ou pelos outros textos que o constituem, mas também pelos outros textos que os intérpretes trazem ao processo de interpretação. (Cf. Fairclough, 2001: 114.)

Para Fairclough, *intertextualidade* é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de 'ordens de discurso'. Em Bakhtin, esses elementos são: as convenções dos gêneros, discursos, tipos de atividade e estilos. A relação do texto com essas convenções pode ocorrer de modo relativamente direto, ou usando-as ironicamente, reverentemente, em forma de paródia ou combinando-as de diversas maneiras.

Authier-Revuz (1990: 25-42) vê, nas formas de *heterogeneidade mostrada*, dois modos de negociação do enunciador com a *heterogeneidade constitutiva* e as distingue em "marcadas" e "não marcadas". As primeiras mostram o lugar do outro de forma unívoca (discurso direto, aspas, itálicos, incisos de glosas); nas "não marcadas", o outro é dado a reconhecer sem essa marcação (discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação, metáforas, jogos de palavras). Esse segundo modo representa incerteza e a "dissolução do outro no um" (Authier-Revuz, 1990: 34).

A "heterogeneidade mostrada não marcada", de Authier-Revuz, também está presente no humor, na pressuposição, na negação e no metadiscurso, que contam com o dizer do outro sem necessariamente explicitá-lo.

De todo modo, recorrer a esses textos e a essas convenções é também um modo de destacá-los.

Bakhtin distingue duas dimensões da intertextualidade, às quais Kristeva chama ‘horizontal’ e ‘vertical’. As relações horizontais são do tipo ‘dialógico’, entre um texto e os que o precedem e o seguem na cadeia de textos – desde turnos, em um diálogo, até a correspondência entre cartas. As relações verticais ocorrem entre textos que estão historicamente ligados, que constituem contextos mais ou menos imediatos ou distantes, em várias escalas temporais e por vários parâmetros, que incluem até textos mais ou menos contemporâneos.

Para nós, a intertextualidade, como um modo de expressão das vozes constitutivas dos discursos, é um índice da relativa estabilidade dos sentidos e do seu caráter mais ou menos contínuo. Mas é também graças a ela que, na interação, é possível ressignificar os textos e os signos, pelo contato do texto com os outros textos os quais, na visão dialógica de Bakhtin, o intérprete traz ao processo de interpretação.

Na opinião de Fairclough, na interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva), as ordens de discurso têm primazia sobre os tipos particulares de discurso – estes, “constituídos como configurações de elementos diversos de ordens de discurso” (cf. Fairclough, 2001: 159). Os principais elementos de ordens de discurso que ele lista são: o gênero, o estilo, o registro e o discurso, que têm como propriedades: vocabulários particulares, sistemas de tomada de turno, conjuntos de convenções de polidez, etc. Pode-se, então, falar de ‘gênero de entrevista’, ‘estilo de conversação’, registro de livros de culinária’ ou ‘discurso médico-científico’, com base nessas propriedades.

Como “elemento semiótico que reflete processos discursivos e socioculturais ligados a estruturas sociais” (Meurer, 2005: 90), com base na lingüística sistêmica e funcional de Halliday − da qual deriva em grande parte a concepção de Fairclough -, o texto contém pistas de realidades criadas discursivamente, formas institucionalizadas de ver e avaliar o mundo (ideologias) e estratégias de preservação de poderes (hegemonias) de grupos dominantes no contexto contemporâneo, as quais reproduzem (cf. noção de *naturalização*, de Meurer, 2005: 91). Todas essas realidades reproduzidas no texto produzem reflexos no caráter constitutivo do discurso, que concorre, por sua vez, para a manutenção ou mudança dessas realidades.

Nesta visão, a polifonia presente na intertextualidade funciona como um aspecto da iconicidade do substantivo.

A intertextualidade, considerados os modos de negociação dos sujeitos com as suas formas constitutivas, contribui para a formação da identidade dos discursos, que também se associa à questão do gênero.

3.4.2- A perspectiva do gênero

Pelo modelo conceitual do enunciado concreto, Bakhtin (1997) propõe que se estude a linguagem a partir dos gêneros. Nesse modelo, entendemos o gênero como fator de iconicidade, o que significa dizer que, como a polifonia e a intertextualidade, também contribui para a construção dos sentidos, e que essa construção se realiza no enunciado concreto.

Na interpretação de textos, por esse caminho metodológico, espera-se que o leitor perceba e compreenda a dimensão social do sentido, em seu caráter dinâmico e dialógico, e as relações de coerência com o universo textual, seja a materialidade lingüística, seja o ambiente extralingüístico, o qual Bakhtin sintetiza no conceito de *situação*, a coerência aqui vista

> não como uma propriedade dos textos, mas uma propriedade que é imposta pelos interpretantes aos textos, sendo que os interpretantes diferentes podem produzir leituras diferentes. A coerência também não pode ser entendida em termos absolutos, havendo espaço para indeterminações e ambivalência. Os interpretantes, além de sujeitos discursivos em processos discursivos, são também sujeitos sociais com determinadas experiências acumuladas de vida e recursos orientados diferentemente para as dimensões múltiplas da vida social. Assim, eles podem se adequar às posições estabelecidas para eles nos textos ou podem resistir a essas posições, como forma de luta hegemônica sobre a articulação dos elementos intertextuais. (Magalhães, 2001: 22.)

Nesse ponto de vista, reafirma-se o caráter relativo da interpretação.

A visão de Bakhtin opõe-se ao modelo tradicional formalista, que inseria a questão dos gêneros como categoria desvinculada e posterior ao estudo da gramática, como se esta tivesse existência própria, desarticulada das práticas sociais. A opção pelos gêneros como categoria introdutória deve-se à crença de que a linguagem é um produto das práticas sociais e somente a partir delas deve ser analisada.

O modelo conceitual bakhtiniano dos gêneros do discurso – no qual nos baseamos quando falamos em "gênero" − fundamenta-se na relação entre a língua, a prática discursiva e a prática social. Para o filósofo (Bakhtin, 1997: 279-325), o problema da significação está relacionado com a natureza do enunciado, que é a forma concreta de utilização da língua e reflete as condições específicas e as finalidades das diversas esferas da atividade humana, através dos gêneros do discurso. O enunciado recebe do gênero a sua expressividade típica, correspondente às circunstâncias da comunicação verbal e, portanto, da realidade concreta. Desse modo, o gênero do discurso é fator de

iconicidade e, por conseguinte, da significação. Eis a grande vantagem da ênfase na iconicidade e no gênero para a análise dos elementos textuais: a aplicabilidade deste conhecimento à vida prática do leitor em formação - ao desenvolvimento da sua capacidade de ler/compreender o mundo, ou seja, ao seu desenvolvimento na leitura crítica. Este estudo, do modo como o concebemos, fundamentado na concepção triádica do signo em Peirce associada à visão dialógica e à perspectiva dos gêneros, em Bakhtin, desenvolve a consciência do vínculo da língua com a vida.

No âmbito da nossa questão, para tratar de gênero e iconicidade sem equívocos, é importante estar atento a duas coisas: a primeira é que o gênero não é o único fator da iconicidade determinante da significação da palavra, pois esta é também marcada pela individualidade e por outros elementos do contexto (cf. Bakhtin, 1997: 313). A segunda é que a iconicidade, como é tratada aqui, tem efeito dinâmico. Ela é um estágio do signo na comunicação verbal ativa e seu caráter dinâmico é um efeito da relação entre os parceiros da interlocução e destes com outros textos no âmbito de uma dada esfera social: o locutor, ao produzir um enunciado, *responde* a enunciados que o precederam, concordando, polemizando ou fundamentando-se neles (cf. Bakhtin, 1997: 291). O mesmo acontece com o seu interlocutor: ao ler/ouvir o enunciado daquele, assume uma atitude responsiva ativa, contribuindo para uma produção sucessiva de signos, que é como se constitui o processo de significação. Cada um desses *respondentes* e os que vêm depois tiram de sua época e de seus grupos sociais o "tom" de seus enunciados – mesmo os que vão sendo construídos, ativamente, ao longo do processo de interpretação. E é neste ponto que Bakhtin afirma que os enunciados não são indiferentes uns aos outros, eles se conhecem e se refletem mutuamente, especialmente dentro de uma dada esfera da comunicação verbal. Mais ainda, um enunciado, ao responder a outros enunciados, "refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles." (Bakhtin, 1997: 316). É da relação dialógica, implícita ou explícita entre enunciados, que surgem as expressões de ironia, indignação, admiração, que se encontram impressas (ou expressas) nas escolhas lexicais, de forma mais ou menos contundente, mais ou menos provocante, mais ou menos conciliatória, etc. Todos esses aspectos fazem jus ao caráter dinâmico da significação do substantivo.

Entendemos a linguagem como ação, o discurso é a linguagem em uso, portanto, é prática social e, nessa dinâmica, tem a capacidade de promover transformações sociais,

à medida que, em seu caráter dialógico, é uma *construção comunicativa* (cf. Souza, 2002: 90).

Nessa perspectiva, a expressividade da palavra é assim entendida:

> A expressividade da palavra isolada não é pois propriedade da própria palavra, enquanto unidade da língua, e não decorre diretamente da sua significação. Ela se prende quer à expressividade padrão de um gênero, quer à expressividade individual do outro que converte a palavra numa espécie de representante do enunciado do outro em seu todo – um todo por ser instância determinada de um juízo de valor. (Bakhtin, 1997: 314)

Assim, na perspectiva dos gêneros do discurso, podemos observar o *caráter polissêmico* e atributivo do substantivo no enunciado concreto como uma construção dialógica e histórica da prática social.

Para resolver as dificuldades geradas pela heterogeneidade e diversidade funcional dos gêneros no estudo do enunciado concreto – problema apontado pelos formalistas −, Bakhtin (1997: 282) sugere que se tenha uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciado em particular (os primários e os secundários), segundo ele, indispensável para qualquer estudo.

> O estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia. Isto porque um trabalho de pesquisa acerca de um material lingüístico concreto – a história da língua, a gramática normativa, a elaboração de um tipo de dicionário, a estilística da língua, etc. – lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação... (Bakhtin, 1997: 282).

Sobre esse problema, Magalhães (2001: 22) também pensa que, *em princípio, poderia haver um número infinito de cadeias intertextuais* entre os tipos de textos, mas, convergindo com o pensamento de Bakhtin, observa que as próprias instituições e práticas sociais, que são articuladas de determinadas maneiras, restringem o desenvolvimento dessas cadeias, orientando a interpretação.

Cada um dos conceitos eleitos por Bakhtin como importantes para a compreensão da noção de enunciado concreto – *gêneros do discurso, tema, expressividade, estilos e entonações* – encontra-se em *interação orgânica* com todos os outros. Essa interação de conceitos tem sido contemplada ao longo da pesquisa e pode ser vista na análise do *corpus*.

O foco nos gêneros do discurso pode ser um método e um critério de análise. Por esse caminho, pretendemos demonstrar como a prática social, a polifonia e o gênero, como aspectos da iconicidade, interferem na escolha do substantivo em seu caráter

semântico, discursivo e estilístico, e utilizar esses conceitos na orientação da leitura de textos.

Conforme temos visto, o tratamento dado à *iconicidade* como um aspecto dinâmico do substantivo põe em questão a maneira tradicional de concebê-lo como *classe objetiva*, que dificulta a compreensão do seu valor discursivo-atributivo e compromete a sua importância estilística.

3.5- Valor atributivo: iconicidade e expressividade

3.5.1- Um diálogo com Guerra da Cal

A leitura de *A reforma estilística de Eça. A sua novidade e a sua necessidade*, em *Língua e estilo de Eça de Queiroz*, de Ernesto Guerra da Cal (1981), que descreve com grandeza o que o autor chama "os atrevimentos lingüísticos" de Eça, no uso do adjetivo, aguçou nossa curiosidade quando, na página 138, G. da Cal afirma:

> na hierarquia das palavras, o adjectivo é que comunica cor, matiz e tonalidade à expressão; é a partícula de poder diferenciativo. Não é sem razão que se diz que poderia ser usado como medida para avaliar a capacidade literária. A sua dosagem precisa – qualitativa e quantitativa –, a peculiar relação subjectiva entre as coisas e os valores que se lhe atribuem seriam uma excelente pedra de toque para determinar a primazia de um estilo.

e acrescenta:

> Sem adjectivos, o substantivo perde em clareza e individualidade, torna-se amorfo, despido, incolor. Por isto mesmo ele é o ponteiro mais sensível das reacções intelectivas e emocionais de um escritor perante as coisas e os factos. É através dos epítetos qualificativos que se pode estabelecer, até certo ponto, a escala dos valores que regem a estética de um autor, inclusive a de um grupo ou de uma época. Nada caracteriza tanto um período literário como a adjectivação; dela se pode inferir a sua particular perspectiva de contemplação e avaliação do mundo. (G. da Cal, op. cit.: 138.)

O adjetivo é, sem dúvida, uma classe de indiscutível valor estilístico, com extrema capacidade reveladora da avaliação do mundo, do estilo literário de um autor e até mesmo de uma época, como afirma G.da Cal. Nosso anseio, entretanto, é ponderar sobre a desvalorização do substantivo, a nosso ver, uma classe de alto valor icônico, atributivo, discursivo, que nada deixa a desejar ao adjetivo, em termos de valor estilístico.

Sobre o substantivo, responsável pelo fenômeno da nominalização, o autor afirma, sem o adjetivo, perder "em clareza e individualidade", tornar-se "amorfo, despido, incolor". Entretanto, para nós, seu significado não é estático, não é hermético. Como o adjetivo, o substantivo está sujeito a todo tipo de permeabilidade semântica e pode sozinho, na construção nominal, representar o objeto, o atributo, a ideologia, o conteúdo histórico, as emoções. A escolha de um nome para representar uma idéia não é gratuita.

Partindo mesmo do raciocínio de G. da Cal, mas orientando-nos pela visão estilística de Rodrigues Lapa, o qual acredita na tendência afetiva da representação substantiva, pretendemos mostrar quanto das atribuições do adjetivo podem ser assimiladas pelo substantivo, tornando-se, ele mesmo, o seu próprio epíteto.

A dificuldade de compreender essa característica do substantivo talvez seja fruto de uma tendência acadêmica convencional de privilegiar o critério morfológico e o sintático na conceituação da classe, a despeito de um critério semântico-expressivo. O seu valor semântico e, por conseqüência, expressivo não está apenas na relação sintagmática ou paradigmática que se estabelece entre o substantivo e os outros termos da frase, mas numa potencialidade simbólica, que se constrói na realidade histórica e contextual e se agrega ao substantivo. O substantivo é um signo e, como tal, provido de iconicidade. Temos visto que, numa análise semiótica, é possível recuperar o valor icônico do substantivo, ou seja, o seu potencial semântico-discursivo-expressivo, em prol de uma construção eficiente do sentido na interpretação de textos.

Quando relacionamos *sentido, expressão e discurso*, nos baseamos teoricamente também em Possenti (2001), no capítulo *A forma no discurso* (p.153-182), motivado em estudos de sociolingüística, entre outros, que alude à função semiótica entre a forma da expressão e a do conteúdo, de Hjemslev. Para Possenti, o objetivo de uma teoria lingüística é explicar a relação de interpretação estabelecida entre expressões e sua significação. Esse autor considera o discurso como *máquina de produzir sentido* e apela, num só tempo, para a *forma do discurso* como elemento essencial na construção do sentido e para os elementos extralingüísticos que desempenham um importante papel no condicionamento da própria forma dos discursos. A questão do estilo é a relação genética entre forma e conteúdo, entendendo-se *forma* como materialidade significativa além do que é apreendido como significante, e que veicula ou provoca os efeitos de sentido, e conteúdo como qualquer efeito de sentido, algo além do significado e que se produz contextualmente pela forma. Exemplo muito adequado, nesse capítulo, é o

emprego das *palavras tabus*, cujos efeitos de sentido são explorados, pelo autor, para comprovar a sua teoria.

No capítulo da descrição do substantivo, G. da Cal (1981: p.119) refere-se ao elemento dessa classe como "palavra objectiva por excelência" e o acusa de "componente estilístico menos revelador de todos os movimentos emocionais e das vivências estéticas de um escritor, aquele que denuncia com menos vigor os pendores peculiares do seu espírito e as preferências selectivas da sua sensibilidade". O próprio autor, entretanto, refrata essa concepção radical do substantivo quando observa, em Eça de Queiroz, os abstratos e os plurais, além do uso de iniciais maiúsculas – "que enunciam o objecto sem desenhá-lo, evocando-o nebulosamente, rodeado de uma atmosfera difusa que lhe esvaece os perfis concretos à idéia" (G.da Cal, 1981: 120), que é o mesmo efeito "impreciso" da adjetivação. Neste ponto, podemos observar que a função atributiva tanto afasta o substantivo do seu sentido denotativo, dando-lhe novos contornos − e a isso chamamos 'imprecisão' − como dá ao discurso maior definição (mais precisão), tendo em vista a eficácia comunicativa. Isso pode ser entendido como a subjetividade a serviço da objetividade, da clareza.

Guerra da Cal também reconhece, em Eça, um processo estilístico impressionista nas construções nominais neológicas, na sua tendência às generalizações e ao uso de iniciais maiúsculas, que imprimem ao substantivo certo valor abstrato e simbólico. Ainda em Eça, destaca os substantivos helênicos, os bíblicos, os geográficos e os históricos, que se amontoam e são importantes fatores temáticos, com papel fundamental na obra e no estilo do autor. Esses substantivos revelam aspectos da vida, da filosofia, da religião e da história e ressaltam uma característica da arte queiroziana que mais fortemente vincula Eça ao ambiente cultural europeu da segunda metade do século XIX. Segundo Guerra da Cal, referindo-se a Eça, "essa atracção da evocação directa ou da reconstrução literária de mundos histórico-culturais do Passado e de ambientes geográficos exóticos terá uma influência perdurável em toda a sua obra" (G. da Cal, 1981: 122). O mesmo autor também torna notórios o prazer auditivo e a utilização melódica dos nomes próprios em Eça, o qual ressalta, este mesmo, os "deuses de *nomes sonoros* (*PB*, pág. 17)" e "as ilhas de *nomes sonoros* (*OPB,* pág. 76)" (cf. G.da Cal, 198: 133). Para G. da Cal, Eça foi fiel a este amor até o fim da vida: "E até nas suas últimas obras veremos aparecer os 'nomes sonoros' do exotismo geográfico, histórico e cultural, usados como recurso de musicalidade evocativa do estilo" (G.da Cal, 1981: 133).

No estilo de Eça, o autor destaca ainda

> as longas e ricas enumerações de objetos, frutas e produtos ligados aos nomes das suas respectivas procedências geográficas, enobrecidas pelo tempo e pela distância e os cortejos de nomes gentílicos de raças exóticas, acompanhados de um toque ligeiro e característico de vestuário ao qual Gautier chamava "lê petit detail exact" (G. da Cal, 1981: 134).

Essas descrições de caráter realista − "laboriosa observação da realidade" e "investigação paciente da matéria viva" (Queiroz, *CIF*, pág. 178, apud G. da Cal, 1981: 135), "bisbilhotice etnográfica", para "Fradique", personagem de Eça (*CFM*, pág. 61, cf. G. da Cal, 1981: 135), revelam facetas do exotismo literário como *motivo temático-estilístico* de Eça e seu amor e teimosia pela presença dos nomes, ao longo de sua obra (cf. G. da Cal, 1981: 136).

Nessa perspectiva, a avaliação de G. da Cal, do substantivo na obra de Eça, reafirma o potencial semântico-estilístico do substantivo (ao contrário do que ele próprio declara), de onde se abstrai um valor icônico da classe, porque traz consigo, numa visão semiótico-discursiva, a expressão da subjetividade, do exotismo histórico e geográfico, da temática cosmopolita e do lirismo alegórico do escritor.

3.5.2- A visão de Rodrigues Lapa

Em *Estilística da Língua Portuguesa* (Lapa, 1977: 124-150), ao tratar do substantivo, Lapa reconhece que este pouco difere do adjetivo: *no fundo, são dois aspectos duma mesma realidade.* Ele lembra que, ao princípio, todos os seres foram designados por uma qualidade fundamental que os caracterizava:

> Esse processo, usado na formação dos substantivos, vê-se ainda hoje nas alcunhas pessoais: o (José) Manco, o (Manuel) Canhoto, etc. Para designar um curso de água podem considerar-se duas idéias fundamentais: o próprio derivar da água, e nesse caso o objeto chamar-se-á *corrente, torrente, cachoeira,* etc., ou, visto de mais longe, o aspecto sinuoso das margens, das ribas, e nesse caso dar-lhe-emos o nome de *rio, regato, ribeiro,* etc. Isto seria na origem: hoje, a palavra *rio* suscita não apenas uma qualidade, mas a imagem total do objeto: o correr da água e o aspecto das margens. Primitivamente, aludindo a uma qualidade do objeto, era uma espécie de adjetivo; por fim, sugerindo-o integralmente, tornou-se verdadeiramente substantivo. (Lapa, 1977: 125.)

Lapa (op. cit.) caracteriza a língua atual com o epíteto *impressionista*, pois que "avulta a qualidade acima do objeto, faz da qualidade o próprio objeto" (p. 125). Dá

como exemplo o hábito de substantivar os adjetivos, como em "o rubro das papoilas", "o idiota do rapaz", "uma beleza de criança", "uma maravilha de seara", pondo o substantivo qualificante à frente do qualificado. Cita Fernando Pessoa em: "E dei meu gesto lasso às *algas mágoas* / que há para além de sermos outonais..." (*Passos da Cruz V*), ao que chama *sugestão poética*, graças à imprecisão: não se sabe qual é o nome que funciona como adjetivo. Do mesmo autor, cita outros versos, já com clareza do substantivo no lugar do adjetivo: "com que ânsia tão *raiva* / quero aquele outrora!" (p. 125-126).

O autor discute a classificação "abstratos" e "concretos", que "é coisa relativa, porque depende em parte do poder de fantasia dos indivíduos" (Lapa, 1977: 127), o que sugere a permeabilidade semântica do substantivo e, quem sabe, o seu valor icônico mesmo, ou a sua capacidade de funcionar como metáfora, o que o autor prefere chamar de "as *metonímias*": *sol* (em: "A filha única era para ele o *sol* da sua vida") = conforto espiritual; *braço* (em: "Antônio era o braço direito do seu pai") = apoio, sustentáculo. (cf. Lapa, op.cit: 126-7). Nestes casos, *sol* e *braço* devem ser considerados abstratos. As idéias abstratas também podem ser consideradas concretas: "Um indivíduo que tem *sono*, escabeceia, faz trejeitos, deita-se, ressona" (grifo do autor). Diz o autor: "É que certos conceitos abstratos podem ter uma face concreta e, ao contrário, muito nomes concretos se podem empregar em sentido abstrato" (Lapa, 1977: 126). O uso ou a falta do artigo também podem determinar a classificação: "*Filho* és, pai serás...": abstrato (alude mais à qualidade, à essência, do que ao próprio objeto); "Chamou o *filho* e repreendeu-o": concreto (em virtude do artigo, vê-se corporalmente a pessoa) (Lapa, 1977: 127). Nos coletivos, apontam-se "duas unidades semânticas, mais ou menos sensíveis, conforme os indivíduos: a idéia abstrata do todo e a visão concreta das partes" (Lapa, 1977: 128).

Na expressão do gênero (do substantivo), Lapa observa uma constante preocupação sexual no vocabulário. A par do masculino, a língua portuguesa teria criado formas femininas num sem-número de substantivos designativos de objetos: *saco – saca, poço – poça, barco – barca, melão – meloa, chouriço – chouriça, gancho – gancha, barraco – barraca, cesto – cesta,* etc. (Cf. Lapa, 1977: 129). Nestas parelhas de substantivos, o masculino representaria maior grandeza no sentido de comprimento, o feminino maior grandeza no sentido da largura:

> O português viu nos objetos a imagem do homem e da mulher: o homem mais forte, mais alto e esbelto; a mulher, mais baixa, mais larga, de curvas mais arredondadas. Ainda se pode ver nesta competição do macho e da fêmea, refletindo-se nas próprias coisas, um dos caracteres fundamentais da civilização portuguesa, que presume sempre, nas lides caseiras e no trabalho da terra, o esforço conjugado do homem e da mulher. (Lapa, 1977: 129.)

Essas "imagens" são abstrações (ou serão materializações subjetivas?) que apontam para o valor icônico-atributivo do substantivo.

Quanto ao número, poder-se-ia dizer, por exemplo, que o artigo reforça a pluralidade. A falta de artigo tenderia para a representação de uma idéia coletiva, ganhando certo matiz sentimental: "*As* flores do campo cheiram bem." e "Flores do campo, que bem que cheiram!" (Lapa, 1977: 129). A falta do artigo também conferiria aos substantivos plurais certo tom depreciativo, como no verso de Cesário Verde: "Naquele piquenique de *burguesas*", que acentua a qualidade em sentido pejorativo. O valor expressivo do plural dos substantivos abstratos também revela uma tendência afetiva, e é previsto pelo gramático e dicionarista brasileiro Morais e Silva, que nos deu esta regra no *Epítome de gramática portuguesa*, cap. IV: "Não admitem plural os nomes de qualidades habituais, senão os usados pelos atos delas: as *caridades* que me fez; essas tuas *paciências*, etc." (*apud* Lapa, 1977: 130). O plural dos nomes de qualidades é usado, estilisticamente, por muitos autores, para sugerir imagens auditivas e visuais que costumam caracterizar os substantivos concretos: "Com *piedades* de vencido chegou a pedir ao vencedor que o matasse" e "Se Deus não acudia com suas *misericórdias*, parecia impossível valerem-se contra tamanho poder" (Francisco Morais e Fr. Luís de Sousa, *apud* Lapa, 1977: 131). Lapa destaca o Pe. Antônio Vieira pelo uso estilístico do substantivo plural, em "Perde-se o Brasil, Senhor, porque alguns ministros de S. Majestade não vêm cá buscar o nosso *bem*, vêm buscar os nossos *bens*", em que o autor jogou "com o diferente sentido do singular e do plural, com o abstrato e com o concreto, e produziu um trocadilho admirável, de forte e saborosa ironia" (Lapa, 1977: 131).

No capítulo *O artigo e os nomes* (p.133), Lapa observa que a Estilística reconhece e valoriza a "função adjetival" em tudo quanto sirva para caracterizar: jeito de entoação, palavra ou frase que valem como adjetivos. E alguns exemplos se dão diretamente com substantivos:

1. *Isto é que é um* RAPAZ!
2. *Aí te mando esse* LIVRECO.
3. *Manuela trazia um vestido* LILÁS.
4. *Avistamos ao longe um barco* À VELA.

Conforme sua análise, em 1, o elemento caracterizador é a entoação, que vai determinar se o nome *rapaz* significa *bom* ou *mau rapaz*. Em 2, vê duas representações na palavra *livreco*: a de substantivo e a de adjetivo, a do objeto e a da qualidade. Assim, "substantivos expressivos", como *livreco*, trazem em si o elemento caracterizador. Neste caso, o autor dá destaque aos sufixos, que representam nisso importante papel: *rabito, cabeçorra, casacório,* etc. Em 3, o substantivo *lilás* qualifica outro substantivo (*vestido*), tipo de construção afrancesada freqüente com os nomes das cores e que também ocorre com substantivos compostos: "Essa rapariga tem a história mais *planta-de-estufa* que eu conheço" − o composto significa *caseira, modesta*. Em 4, a locução *à vela*, formada de substantivo precedido de preposição, equivale a um adjetivo e poderia ser substituída por *veleiro*, hoje já empregado, ele próprio, como substantivo: "A qualidade deu nome à substância, o que prova que o substantivo não carece de preposição para ter a capacidade de um adjetivo" (Lapa, 1977: 133).

Outro exemplo de Lapa denuncia construções nominais utilizadas como autênticos adjetivos: "Surgiu então um rapaz alto, *cabelo negro, rosto magro e olhos amortecidos*, denunciando vida indolente" (Lapa. 1977: 133).

Lapa alerta contra o acúmulo supérfluo dos adjetivos e apela para o emprego do "substantivo expressivo, que contém já em si um elemento de caracterização" (grifo nosso) e que segundo ele evita, sobretudo, "carregar a frase de adjetivos como quem carrega um fardo" (Lapa,1977: 135).

Em alguns casos, o autor destaca a influência do substantivo que acompanha o adjetivo sobre o seu efeito qualificador: em "Esse remédio tem fama *universal*", por exemplo, observa: "Não há dúvida que o substantivo *fama* comunica ao adjetivo *universal* um pouco do seu alvoroço e do seu entusiasmo. As duas palavras conspiram para nos dar uma idéia de intensidade, e esta vai sempre acompanhada de rebates de sentimento" (Lapa, 1977:139 – grifos do autor). Também em locuções correntes, como "uma casa azul" e "lápis azul" (p.139), o autor observa que sabemos bem que a casa não é toda azul, só a parte externa, e que apenas a parte do lápis com que se escreve é azul e que estes exemplos parecem ser o bastante para nos convencermos da "íntima solidariedade que existe entre o substantivo e o adjetivo e da impossibilidade de separação das duas categorias" (Lapa, 1977: 139-140).

Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é também lembrado por Lapa, para exemplificar o efeito da posição do adjetivo qualificativo. A nosso ver, o exemplo também serve para demonstrar a comutação de funções entre adjetivo e

substantivo e da "flutuação" entre as duas classes: "a primeira é que eu não sou propriamente um *autor defunto*, mas um *defunto autor,* para quem a campa foi outro berço" (M.A., ed. de 1955, p. 11, *apud* Lapa, 1977: 140-141 – grifos deste autor). Sobre o adjetivo empregado como substantivo, afirma Lapa:

> É sabido que muitos substantivos foram a princípio adjetivos (a *corrente,* a *palhoça,* o *ouvinte,* a *festa,* o *inverno*, etc.) e que ainda hoje é vulgar dizermos: o *sábio,* o *justo,* um *tímido,* um *preguiçoso,* etc. Estes adjetivos são condensações de frases como esta: "um (homem ou rapaz) *preguiçoso*". Tornaram-se, ou podem tornar-se independentes e substantivados, pela capacidade que temos em conceber a qualidade para além do próprio objeto. Este princípio tem curiosas aplicações em Estilística. (Lapa, 1977: 143.)

A essa relação, Lapa acrescenta o caso do adjetivo substantivado, menos dependente do substantivo porque separado desse por preposição, como em: "o *infeliz* do rapaz" e, na frase de Fr. Antônio das Chagas: "A mesma pena que na frieza nos espanta, no *ardente* do amor grande alegria nos dera" – o escritor teria preferido a forma grifada a *ardência* por ter entendido que o emprego do adjetivo substantivo era mais expressivo, pelo valor sentimental da posição, anteposto ao substantivo, e pelo maior relevo de significado. Já em "Fez-lhe sentir o *tortuoso* do seu procedimento", o adjetivo precedido do artigo (adjetivo substantivado), além de emprestar à frase maior expressividade, evita a acumulação de sufixos no substantivo *tortuosidade* (*-oso,-dade*), que desvaneceria a idéia central, roubando energia à imagem (p.143).

Efeito estilístico admirado por Lapa é também o da gradação dos nomes por meio do adjetivo (processo analítico: casa *grande* / casa *pequena*), de sufixos aumentativos e diminutivos (processo sintético: *casarão, casita*) – neste segundo caso, de acordo com o autor: "anda apegado à palavra certo valor sentimental, mais ou menos vivo, conforme o sufixo empregado" (Lapa, 1977: 144) − e da repetição, vista na linguagem familiar e aproveitada na literatura. Veja-se o excerto: "No barranco iam-se acumulando caixotes, sacos e *barris, barris, barris,* a cachaça era morfina para a vida triste do seringueiro" (grifos do autor) − sobre este processo, afirma: "A repetição do nome é um processo estilístico que serve para exprimir, com alvoroço do sentimento, a quantidade ilimitada. (...) não só dá intensidade à representação, mas ainda a envolve de certo mistério e perturbação afetiva" (Lapa, 1977: 145). A repetição também é usada num tipo de construção poética e simplificadora, conhecida como "superlativo hebraico", por encontrar-se muito na Bíblia: repete-se o substantivo e põe-se-lhe ao meio uma preposição. São exemplos: "A vista repousava, bêbeda de luz, na *confiança das*

confianças" de Aquilino Ribeiro, e "pintou-lhe o chapéu baixo como a *abominação das abominações*", de Machado de Assis. (Lapa, 1977: 144-145).

Essas descrições de Lapa reafirmam a nossa crença na potencialidade icônico-atributiva dos substantivos em todos os aspectos que lhe são característicos: gênero (masc. e fem.), número (sing. e pl.), mobilidade estrutural, capacidade de emprego metonímico, capacidade de ser abstrato ou concreto (de acordo com o emprego), de produzir sentido relativo aos demais componentes frasais e de acumular em si mesmo as funções de substantivo e adjetivo, inclusive por processo de substantivação de adjetivo por *derivação imprópria*. Essa potencialidade atributiva pode estar implícita na própria constituição morfológica do substantivo.

3.6- Criações neológicas substantivas

Já na Antigüidade grega, preocupado com a "justeza" dos nomes, a qual diz ser "obra de artista" e julga consistir "na expressão da natureza das coisas, com vistas a instruir", Sócrates analisa a aptidão para a arte de atribuir e criar nomes:

> Por conseqüência, Hermógenes, a formação de um nome não parece, como tu julgas, obra de pouca monta nem de gente medíocre ou de um homem qualquer. Quanto a Crátilo, tem razão, ao afirmar que os nomes são inerentes, naturalmente, às coisas e que nem todo homem é artista de nomes; mas só aquele que fitar os olhos no nome natural a cada objecto e for hábil lhe reduz a forma a letras e sílabas. (Sócrates, in *Platão: Crátilo*. Versão: Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livr. Sá da Costa ed., 1994: 26.)

A "justeza dos nomes", a que se refere Sócrates, diz respeito mais à adequação do que propriamente à exatidão, e está ligada sempre a uma qualidade − a "natureza" − do objeto. Assim, A*gamémnon* deve significar "um homem capaz de empreender o que uma vez lhe pareceu bem e de com perseverança e denodo o levar a cabo" (op. cit.: p. 37); *Orestes* exprime "a sua natureza feroz e o seu gênio selvagem e *montanhês*" (op. cit.: p. 37). Também, entre os nomes comuns, temos *gênio*, que deve designar "homens sensatos e sábios" (op. cit.: p. 47) e *herói*: "protetor" (cf. Boisacq, op. cit.: 48) ou "homem livre" (cf. Pape's, op. cit.: 48).

Além disso, o nome tem uma qualidade que lhe é própria e que o objeto não tem, que é a qualidade mesmo de ser nome. Do contrário, como pensa Sócrates: "Tudo seria duplo e não se poderia dizer qual é o objecto e qual o nome" (op.cit.: 139).

As coisas têm sua própria realidade, independentemente de nós. Mas, assim como as coisas, são os atos referentes a elas. Eles são também uma determinada forma da realidade. Nomear é um ato do qual o nome é um instrumento. Ajustado, então, o ato ao objeto nomeado, eis a essência do nome.

A habilidade, a que se refere Sócrates, de "fitar os olhos no nome natural a cada objecto", lembra a imprecisão dos signos. No espaço que se situa entre a afirmação de Protágoras de que "o homem é a medida de todas as coisas" (Sócrates, op. cit.: 14), na qual os objetos são o que parecem a cada um (imprecisão), e a opinião de Eutidemos (op. cit.: XCIII) de que as coisas são "para toda a gente sempre e exatamente iguais" (convenção) está a iconicidade dos nomes. É nesta base que se produzem os sentidos, latentes até que, na interação, dado o contexto, se atualizem.

Por fim, podemos concluir que a "justeza" dos nomes é relativa.

Na construção da iconicidade, sentidos são produzidos a partir de sentidos pré-existentes. Isso implica os preceitos bakhtinianos de *"tema e significação"* (1979) e das condições específicas do enunciado concreto (1997): um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional (incluídos, nesta última, os aspectos polifônicos e o gênero).

A capacidade de concisão dos nomes (de reunir todos esses ingredientes e qualidades) parece ter seus melhores modelos na criação neológica. Este talvez seja o campo mais fértil de realização das potencialidades icônicas do substantivo. Os neologismos são signos fortemente motivados, criados propriamente para os seus contextos de ocorrência, buscando atingir o grau máximo de expressividade.

4- ANÁLISE DO *CORPUS*

4.1. Análise 1

– Texto: *OS NOMES DA CRIANÇA*, de Cristóvam Buarque (*O Globo*, 25/09/2000)
– Anexo I

O texto de Cristovam Buarque discute o potencial constitutivo do nome, reconhece a sua carga ideológica e expressa isso 'metaenunciativamente'.

Podemos dizer que esse texto é construído na oposição entre as noções de *protótipo* e *estereótipo.* Na situação de *protótipos* estariam **árvores** para um habitante de cidade brasileira, **neve** e **areia** para nós, que não somos esquimós nem habitantes do deserto, **rosa** para o poeta e **criança** para o autor. Todos os outros nomes citados no texto e indicados para designar criança correspondem a *estereótipos*, ou seja, a formas ideológicas de representação, que correspondem ao *signo ideológico* de Bakhtin, à *cognição social* de Van Dijk que leva à formação dos *estereótipos* de Koch, de acordo com as *regras constitutivas* de Maingueneau, que se associam ao fazer social, ou seja: à força ilocucionária do *ato* de fala, de Searle. O mesmo deve ocorrer com os diferentes nomes dados à areia pelos habitantes do deserto e os diversos nomes dados à neve, pelos esquimós, de acordo com a relação desses indivíduos com os objetos (referentes) nomeados.

Os nomes dados às crianças contam suas histórias, <u>denunciam</u> formas de vida, de exploração, <u>denunciam</u> culturas e ideologias e enriquecem, segundo o autor, o vocabulário da "vergonha social brasileira", a qual ele associa à "vergonha da realidade política" do país.

O autor destaca o substantivo com função adjetiva, na forma **criança-triste**, indicando "estado permanente de vida", em emprego paradigmático, diferentemente do que seria "criança triste", em relação sintagmática do substantivo com o adjetivo. A forma neológica nominal composta também <u>denuncia</u> a "maldita apartação", o perverso

vocabulário enriquecido com palavras que, de acordo com o texto, "distinguem cada criança conforme sua classe, sua função e sua casta".

Esses nomes são os principais recursos argumentativos no texto e têm por finalidade denunciar a degradação moral da sociedade brasileira, "que trata suas crianças como se não fossem apenas crianças". Tornar esses nomes arcaicos indicaria mudança político-social na nossa realidade. Note-se que esses nomes, segundo o autor, não foram produzidos para o texto: na sua versão original – no contexto externo - correspondem a atos ilocucionais distintos daqueles aos quais correspondem no texto de Buarque. Se neste (como *estereótipos*) têm a função de denunciar, originariamente (como *protótipos*) realizam funções socialmente menos nobres, como classificar, discriminar, apartar, 'rotular' pessoas, atos que constituem o objeto da denúncia no texto em análise.

4.2. Análise 2

– Texto: *O QUE NUNCA ACONTECEU ANTES*, de Luís Fernando Veríssimo (*O Globo*, 2/1/2005) – Anexo II

No texto de Veríssimo, destacamos as formas substantivas (relativamente) abstratas: **pesadelo, angústias, terror, medo secreto, sinais, destino, delírio, tsunami estatística, disfarce, riscos e bom senso**, que o autor usa para nomear, descrever e definir sensações, sentimentos e fatos que considera inéditos, para ele e para os leitores em geral. São categorizações das realidades que ora se apresentam, concomitantemente com a reavaliação dos nomes. Nesta análise, podemos contemplar o conceito de *referenciação*, de Koch, que achamos conveniente retomar: "como atividade discursiva que consiste em escolha do material lingüístico por parte do sujeito, durante a interação verbal, para representar estados de coisas, com vistas à concretização de um projeto de sentido. Nessa atividade, incluem-se as formas de nomeação, entendidas como um modo de interagir com o mundo: de, num só tempo, interpretar e (re)construir o mundo, operando com a memória discursiva e com processos de *anaforização*, na qual intervêm

> o saber construído lingüisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos lingüísticos tomados como premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares-comuns argumentativos de uma dada sociedade. (Koch, 2004: 62.)"

Contemplamos também os conceitos (cf. Koch, 2004: 51-101.) de *encapsulamento da informação* (Francis, 1994) − operado sobre predicações antecedentes ou subseqüentes, que destacamos no sintagma nominal **tsunami estatística**, que resulta de uma "seleção particular, única, entre outras lexicalizações possíveis" (v. seção 5.3.3); de *tipificação de protótipos* (Sacks, s/d), a qual depende "da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo" (v. seção 5.3.3) − a nosso ver, uma atividade de caráter emotivo-cognitivo, da qual decorrem, no texto, especialmente, os substantivos: **pesadelo, terror, medo (secreto), delírio**; de *de-categorização* (Mondada & Dubois, 1995), no qual destaca-se o substantivo **disfarce** – caso em que o referente é de-categorizado, ou seja, evolui sob uma mudança de ponto de vista (no caso, do Lula); e de *reconstrução de objetos-de-discurso* (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1997), produtos fundamentalmente culturais da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, dos quais decorre a reconstrução do próprio real (v. seção 5.3.3) – neste conceito, podemos incluir todas as formas listadas acima.

Com as formas substantivas **riscos** e **bom senso**, Veríssimo reavalia a realidade político-social estranha, descrita no texto, a qual só se justificaria, segundo ele, se fosse uma questão de **"marquetchim"** – forma substantiva que ele também de-categoriza.

Todas essas atividades cognitivas participam da construção da iconicidade das palavras e expressões substantivas relacionadas, atribuindo-lhes certo valor estilístico e discursivo, da maior relevância na interpretação do texto.

4.3. Análise 3

– Texto: *CANÇÃO DO EXÍLIO,* de Gonçalves Dias – Anexo III

Para esta parte, escolhemos como *corpus* um dos mais conhecidos fenômenos da intertextualidade, em todos os tempos: *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias (1846).

Em: “Minha terra tem palmeiras / onde canta o sabiá / as aves que aqui gorjeiam / não gorjeiam como lá” observamos os substantivos **sabiá** e **palmeira** ‘iconicizados’ e recuperados em textos subseqüentes a ele. A relação intertextual com a poesia de Gonçalves Dias, por meio desses ‘ícones’ de louvor à pátria, constitui aspecto relevante na produção de sentido desses textos. Oswald de Andrade (1925 – Anexo XII) usou-a como referência para parodiá-la: em vez de ‘**palmeiras**’, a sua terra tem ‘**palmares**’: “Minha terra tem palmares / onde gorjeia o mar / Os passarinhos daqui / não cantam como os de lá” – onde se pode ‘imaginar’ o percurso semântico na transferência de um ‘ícone’ a outro. Murilo Mendes (1930 – Anexo XIII) atualizou o tema, também em tom paródico-piadista: “Minha terra tem macieiras da Califórnia / onde cantam gaturanos de Veneza” (...) “Nossas flores são mais bonitas / nossas frutas mais gostosas / mas custam cem mil réis a dúzia”. Nos versos finais, ainda brinca: “Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade / e ouvir um sabiá com certidão de idade”. Em 1945, Carlos Drummond de Andrade produziu a *Nova canção do exílio* (Anexo XIV): “Um sabiá na palmeira, longe (...) a palmeira, o sabiá, o longe” – na qual equipara esses três elementos textuais na forma substantivada do advérbio, por meio dos artigos definidos. Mário Quintana (1962 – Anexo XV) usa a referência para negá-la: “Minha terra não tem palmeiras... / E em vez de um mero sabiá, / Cantam aves invisíveis / Nas palmeiras que não há”. Em 1985, Cacaso (Anexo XVI) , também em tom de piada modernista, mistura **sabiá** com **tico-tico** e pede licença poética, em *Jogos Florais I*: “Minha terra tem palmeiras/ onde canta o tico-tico. / Enquanto isso o sabiá / vive comendo o meu fubá. / Ficou moderno o Brasil / ficou moderno o milagre: / a água já não vira vinho, / vira direto vinagre.” E em *Jogos Florais II*: “Minha terra tem palmares / memória cala-te já / Peço licença poética / Belém capital Pará” (...) “(será mesmo com esses dois esses que se escreve paçarinho?)” – os dois poemas escritos nos anos 70, mas publicados posteriormente. Por associação fônica, mas também ideológica, Moraes Moreira produziu os seguintes versos (s/d), que estimamos pertencer à mesma década: “Minha terra tem pauleiras / desencanta e faz chorar”.

Em *Canção do exílio facilitada* (1973 – Anexo XVII), José Paulo Paes retoma o sentimento de devoção da canção original, apresentando elementos ‘novos’ ao tema, iconicizados nos substantivos “**papá**, **maná**, **sofá**, **sinhá”**, que remetem à imagem do “lar”, da “família”, da “pátria”, da “terra natal” (cf. *‘lar’*, **in** Houaiss, s.u.), fazendo referência à condição social privilegiada dos poetas românticos exilados. A intenção

humorística dos modernistas pode também ser vista como uma forma da "heterogeneidade mostrada não marcada", de Authier-Revuz (1990).

Para o jornalista Carlos Machado (2006), os signos ***sabiá*** e ***palmeira*** "estão plantados na imaginação do leitor". O sabiá já era visto por Gonçalves Dias como uma referência mítica, mais do que um substantivo comum: "Tanto que escreve sabiá com inicial maiúscula" (Machado, 2006). E sempre vai fazer lembrar a canção de Gonçalves Dias, como na música de Tom Jobim e Chico Buarque (1968 – Anexo XVIII), que se tornou um dos hinos da ditadura militar (junto com a música de Geraldo Vandré): "Vou voltar / Sei que ainda vou voltar / Para o meu lugar / Foi lá e ainda é lá/ Que eu hei de ouvir cantar / Uma sabiá..." – uma versão estilística, no feminino. Depois do AI-5, o **sabiá** e a **palmeira** passaram a ser identificados também com o exílio político.

4.4. Análise 4

– Texto: *CIGARRA, FORMIGA & CIA.*, de José Paulo Paes – Anexo IV

Este texto demanda especial atenção ao seu vocabulário.

Vocabulário do texto

À outrance: *fr.* sem tréguas, até o fim; a ferro e fogo; a qualquer preço. (*Palavras e expressões mais usuais do latim e de outras línguas estrangeiras*: UOL – Michaelis)
Boêmia: roda de intelectuais, artistas, etc que leva a vida de modo hedonista e livre, bebendo e divertindo-se. *(Pej.)* procedimento de quem é vadio e pândego. (Houaiss) – aqui, empregado como adjetivo.
Estereotipia *(Tip.)* processo pelo qual se duplica uma composição tipográfica (...) (Aurélio)
Estereótipo: forma, clichê.(Aurélio)
Clichê: *(Est.)* frase freq. rebuscada que se banaliza por ser muito repetida, transformando-se em unidade lingüística estereotipada, de fácil emprego pelo emissor e fácil compreensão pelo receptor, lugar-comum, chavão. (Houaiss)
Imprevidência: ausência de previsão, de previdência; descuido, desprevenção, incúria.
Labéu: mancha infamante na reputação de alguém; desdouro,desonra. (Houaiss)
Mecenas: indivíduo rico que protege artistas, homens de letras ou de ciências, proporcionando recursos financeiros, ou que patrocina, de modo geral, um campo de saber ou das artes; patrocinador. ("Antr. Lat. *Maecenas,átis* 'Caio

Cilino *Mecenas* – 60 a. C. – 8 d. C., estadista romano), protetor dos artistas, esp. Dos escritores Vergílio e de Horácio", tornado subst. com." (Houaiss)
Utilitarista: relativo ou próprio do utilitarismo; adepto do utilitarismo, utilitário. (Houaiss)
Pragmatismo: *(Fil.)*: ênfase do pensamento filosófico na aplicação das idéias e nas conseqüências práticas de conceitos e conhecimentos; filosofia utilitária.

O vocabulário rebuscado distancia o texto do gênero popular original, com o qual se relaciona intertextualmente, e produz um efeito de estranhamento imediato, investindo-o de outro discurso - o capitalista, por meio das seguintes palavras: *lucrativas* (adj.), *empresou* (v.), *vendê-los* (v.), **mecenas** (subst.), **comercialização** (subst.). A expressão "ter comida e moradia", típica do discurso neoliberal assistencialista do capitalismo, é legitimada no texto: os substantivos *comida* e *moradia* são usados, demagogicamente, nesse tipo de discurso, como condições essenciais de cidadania.

O título contém índices da intertextualidade. Os substantivos **cigarra** e **formiga** carregam consigo a estereotipia adquirida pelas personagens na fábula original, ou seja, as marcas do utilitarismo (a formiga) e da imprevidência (a cigarra), e as transferem para o texto atual. Nota-se aí, claramente, o aspecto polifônico como fator da iconicidade do substantivo.

Uma segunda definição de *pragmatismo,* no *Dicionário Eletrônico Houaiss,* (uma já foi dada em "Vocabulário do texto") lembra essa constituição polifônica (icônica) do substantivo: "dentro do pensamento de Charles S. Peirce, afirmação de que o conceito que temos de um objeto é a soma dos conceitos de todos os efeitos decorrentes das implicações práticas que podemos conceber para o referido objeto". Nesta perspectiva, os nomes são investidos desse conceito e dessa polifonia atribuídos aos seus referentes, pois que representam esses referentes e contribuem para o seu reconhecimento e a sua 'identidade' social, na realidade extra-lingüística.

Os 'nomes' **utilitarista** e **mecenas** são empregados como substantivos atributivos pejorativos - são classificações, portanto, são avaliativos: está embutido neles um juízo de valor decorrente do discurso social. Esse juízo de valor está implícito na constituição histórico-ideológica e etimológica desses substantivos, por meio do *'interdiscurso'*, e é reafirmado no texto. (Cf.: "Vocabulário do texto".)

Em *"A aura de mecenas a redimiu para sempre do antigo labéu de utilitarista sem entranhas"* e em *"Já ninguém a poderia acusar de imprevidência boêmia"*, há

duas pressuposições, segundo as quais, em enunciados anteriores, a **cigarra** e a **formiga** já teriam sido acusadas, respectivamente, de **imprevidência** e **utilitarismo**.

A intertextualidade coloca os discursos em luta através dos sintagmas nominais: os **papéis fabulares**, da cigarra e da formiga – a estereotipia –, dos quais essas personagens foram *redimidas*, na versão atual da fábula, pelo discurso capitalista, entram em luta contra ***a* comercialização da arte**, do discurso dos defensores da arte e do pragmatismo, que se opõe, no texto, ao outro, e representa – está nele implícita, iconicizada – a ideologia do texto original.

O narrador, em discurso indireto, simula uma objetividade na narração, mas deixa marcas suspeitas de subjetividade (ironia) na escolha das palavras, cuja interpretação depende, basicamente, da percepção do leitor.

Nesta análise, foi possível contemplar alguns meios de 'manifestação de vozes' descritos conceitualmente na fundamentação teórica: o interdiscurso, a ironia, a pressuposição, etc., que interferem e estão presentes na seleção dos substantivos nessa "prosa poética" de José Paulo Paes.

4.5. Análise 5

– Texto: *MORTE E VIDA SEVERINA*, de João Cabral de Melo Neto – Anexo V

O retirante, de nome **Severino**, explica ao interlocutor quem é e a que vai. Tenta apresentar-se, buscando para si alguma marca que o identifique entre tantos outros **Severinos** que, como ele, são "filhos de tantas Marias, mulheres de outros tantos já finados Zacarias", "lá da Serra da Costela, nos limites da Paraíba", "vivendo na mesma serra magra e ossuda" em que ele vivia. O substantivo próprio fica entendido como nome comum porque, neste caso, não é capaz de individualizar. Ao contrário, carrega consigo as marcas de uma história, de um tempo, pré-determina características e, segundo o enunciador, até o destino dos sujeitos. Algumas vezes, esse nome, por ora substantivo, apresenta-se no texto como adjetivo – é quando as duas categorias se confundem, já que ambas servem à caracterização e à identificação. O texto de João Cabral é uma reflexão explícita acerca do funcionamento do nome/substantivo no

discurso, pelo seu valor icônico, digam-se, suas marcas ideológicas e discursivas, das quais decorrem semas atributivos. Com os novos atributos que se vão somando ao substantivo, ao longo do tempo e da história, novos valores icônicos ele vai adquirindo, ampliando, assim, as possibilidades de sentido e o seu valor estilístico-discursivo nos textos.

Esta análise que acabamos de fazer rebate, mais uma vez, a visão estrita do substantivo como classe gramatical objetiva e reavalia o nome próprio pelas suas marcas atributivo- generalizantes.

4.6. Análise 6:

A iconicidade em criações neológicas substantivas – Anexos VI, VII, VIII, IX, X e XI

Nesta parte, investiga-se a iconicidade do substantivo em neologismos não-literários, selecionados na mídia escrita, durante o curso *Estruturação Lexical Portuguesa: formação e emprego vocabular*, da disciplina *Filologia Portuguesa*, do nosso programa de Mestrado.

São analisados quatro casos, em seus contextos de referência - os textos completos encontram-se em anexos –, tendo em vista os aspectos icônicos que constituem as formas em negrito.

1º. caso:

"Ele urge odiosamente, como se fôssemos todos criminosos (o país ainda tem duas ou três pessoas que não o são), numa publicidade sempre grosseira, e humilhante pro contribuinte (leia-se extorquido). Fim com ele, **Leon-liberalismo**!"

(MILLÔR. *"O leão"*. *Veja*, 25 de abril de 2007, pág. 20 – Anexo VI)

Temos aí um substantivo masculino. A letra maiúscula inicial e a função de vocativo dão ao termo status de nome próprio. A palavra compõe-se de **"leon**" (forma original de "leão", empregada estilisticamente, por 'trocadilho', e definida no dic. *Houaiss*, no uso informal, regionalista bras., por metáfora, como "órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda") + "**liberalismo**" (por associação pejorativa com o termo *neoliberalismo* (doutrina político-econômica, do século XX, reguladora e assistencialista, que, na definição do dic. *Houaiss*, desde a década de 1970 "defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia"). A associação também ocorre no nível fonológico, com a recuperação do ditongo aberto /eo/, de *neo* (neoliberalismo), no primeiro elemento da forma neológica.

O termo é relativo à arrecadação do imposto de renda, a qual é socialmente representada pelo símbolo "leão", visto como animal "predatório" e "o mais prepotente, odioso, animal das fábulas" e que, historicamente, só entrava "na arena para perseguir, mutilar e devorar os pobres, os famintos, os cristãos". Toda essa definição do animal, dada pelo texto, constitui uma referência metafórica ao objeto nomeado em questão.

Assim, o neologismo define-se, por derivação, como doutrina − "conjunto de princípios adotados num determinado ramo do conhecimento" (Houaiss) − do sistema de arrecadação do imposto de renda. Não há sinônimo correspondente.

2º. caso:

"O **apagão** é do governo"

(PIRES, Adriano e SCHECHTMAN, Rafael. *"O apagão é do governo"*. *O Globo*, 10 de maio de 2007, pág. 7: *Opinião* – Anexo VII)

O substantivo comum masculino, assinalado, é um caso de neologismo semântico. O sentido literal é *'BLECAUTE'* ('interrupção no fornecimento de energia elétrica'), de acordo com o dic. Houaiss, ou *'risco de déficit de energia'*, de acordo com o contexto de referência. Diz respeito à falta de ação do governo em relação à situação atual da oferta de energia no Brasil.

Esta palavra, com o mesmo tipo de emprego (metafórico-neológico) e com o mesmo sentido, aparece também na seguinte frase de Zuenir Ventura, sobre o "caos aéreo" de 2007:

"É um **apagão** crônico, sem luz no fim do túnel."

(VENTURA, Zuenir: *"O desafio pós-Pan?"*. *O Globo*, 25 de julho de 2007, pág. 7: *Opinião* – Anexo VIII)

Em ambos os casos, significa "falta de ação". Com este sentido, pode ser sinônimo de: omissão, descuido, inércia, passividade, esquecimento, negligência, despreocupação.

Luiz Garcia também usa o termo com significado expandido para "falta de ética", numa referência ao "mau" uso político da ocupação dos quadros de governo, em:

"Antes, o **apagão** ético"

(GARCIA, Luiz: *Antes, o apagão* ético. *O Globo*, 3 de agosto de 2007, pág. 7: *Opinião* - AnexoIX)

3º. caso:

"[...] a segunda tribo a que me referia é a dos **namoridos**, a palavra mais medonha que já inventaram."

(MEDEIROS, Martha. *"Dos ficantes aos namoridos"*. *Revista O Globo*, 10 de junho de 2007, pág. 24: *Ela disse* – Anexo X)

O substantivo comum masculino (plural) é um caso de *palavra-valise*: formada pela união de duas bases, com redução de parte de seus elementos – uma perde a sua

parte final e outra, sua parte inicial. Este processo também é conhecido como "cruzamento vocabular", "palavra *portmanteau*", "contaminação"... (cf. Alves, 2004: 69).

De acordo com o contexto, teoricamente, o tipo de relacionamento expresso por esse substantivo isenta (ou protege) os parceiros dos compromissos formais do casamento, mas, na prática, ambas as relações têm as mesmas conseqüências.

Define-se por: parceiros conjugais (homens), de um tipo específico de relacionamento: sem casamento formal. Segundo a autora: "Trata-se de homem híbrido, transgênico. Em tese, ele vale mais do que um namorado e menos que um marido". (Note-se a imprecisão semântica!) Não há sinônimo correspondente.

No mesmo texto, outro substantivo neológico participa da construção temática: '**ficante'.** De acordo com o texto, "ficante é o cara que te namora por duas horas numa festa, se não tiver se inscrito no campeonato 'Quem pega mais numa única noite', quando então será seu ficante por bem menos tempo – dois minutos – e irá à procura de outra para bater o próprio recorde". É gíria do jargão dos adolescentes, conhecidamente, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

4º. caso:

> "Mas, mais que tudo isso, em Carvalho, **Quaderna-Suassuna**, como de hábito com personagens-autores em adaptações, não 'sai do papel'. Retorna a ele."

(WERNECK, Alexandre. *"Crítica TV – A Pedra do Reino"*. Jornal do Brasil, 11 de junho de 2007, *Caderno B*, pág.1 – Anexo XI)

O substantivo próprio composto, em destaque, é bastante inovador: nenhum dos dois elementos determina o outro. O hífen, ligando os nomes originais (os dois com letras maiúsculas), sem nenhuma modificação, elimina qualquer possibilidade de determinação.

Quaderna é personagem de Ariano Suassuna, que deu origem à microssérie (dirigida por Cacá Carvalho) que vem sendo anunciada e é objeto da crítica de Werneck. O texto apresenta uma variedade de formas neológicas com o sobrenome do escritor, o que indica a ênfase de Werneck ao seu estilo (do escritor). **Quaderna-Suassuma** é o nome dado, pelo crítico, à personagem de Suassuna, para representar determinada idéia. Na verdade, o que Werneck pretende, com essa novidade, é metaforizar a identificação mútua entre autor e personagem, por meio do neologismo: um efeito icônico (semântico-estilístico-atributivo).

Todos esses exemplares, seus respectivos empregos e sentidos refletem aspectos como o gênero, a polifonia e o estilo, e estão relacionados às condições específicas e finalidades das situações sociais caracterizadas pelas atividades e relações humanas do ambiente em que ocorrem. O resultado disso é a realização de sentidos potenciais constitutivos da iconicidade dos substantivos.

5- CONCLUSÃO

Desse estudo e dessas análises, podemos inferir que:

O nome define as coisas, mas também conceitua, classifica, rotula, segrega, aparta, denuncia, atribui valores, representa idéias e ideologias e (re)categoriza as realidades, recriando lingüisticamente o mundo, a partir de diferentes pontos de vista.

A referenciação é estrada de mão dupla: ao nomearmos as coisas, de um lado, representamos as idéias que temos delas, dando-lhes novos sentidos; de outro, as marcas semântico-ideológicas do nome escolhido transferem-se para o seu referente e é a partir desse novo conceito que o objeto passa a ser reconhecido.

(Re)conhecer a força ilocucionária do ato de referenciação é responsabilizar-se pela escolha dos nomes. É ter consciência do *fazer social* que se está operando e das conseqüências desse ato.

Na ótica discursivo-pragmática, poderíamos ampliar a conceituação do substantivo, incluindo um elemento de subjetividade a essa conceituação, que oriente (na perspectiva do ensino) o educando em suas escolhas lingüísticas, conscientizando-o do poder de ação e transformação por meio das palavras.

Considerada a sua *força ilocucionária* e a sua inserção nos contextos, teríamos o substantivo como classe de palavras designadora de efeitos discursivos, atributivos e estilísticos referentes a todos os elementos da realidade objetiva e subjetiva, ou seja, os elementos reais e imaginários que expressamos e representamos verbalmente.

Apesar da possibilidade de se considerar o sentido discursivo como uma potencialidade das palavras em geral, é preciso que se verifique e se tenha em vista os graus de representação previsíveis e imprevisíveis (ou graus de *indeterminação*) de cada classe, para que se faça bom uso e interpretação das variadas possibilidades de construções semânticas. As ‘palavras lexicais’ (ou nocionais), de Azeredo (2000) – o substantivo, o adjetivo e o verbo −, ou ‘de base lexical’, para Pinilla (2004) – os nomes e os verbos −, já comentadas na seção 3.1, são, sem dúvida, mais sensíveis aos fatores enunciativos, discursivos e situacionais – fatores extralingüísticos – do que as chamadas, por esses mesmos autores, respectivamente, ‘palavras gramaticais’ ou ‘de

base gramatical'. Além dessa característica, o substantivo contém um elemento de caracterização – "propriedades por nós sentidas" (Câmara Jr, 1980: 78) – que serve, gramaticalmente falando, para diferenciar os nomes dos pronomes, estes semanticamente "mais gramaticais".

A escolha mais adequada para a representação das nossas idéias (ou das idéias que fazemos das coisas) é determinada pela representação mental que temos das palavras e dos objetos a nomear: temos, em nosso repertório, diferentes nomes e freqüentemente nos deparamos com novas idéias e novas realidades as quais precisamos nomear, para reafirmar a sua existência ou (re)categorizá-las. Assim, a interpretação do sentido de um nome, em determinada circunstância, depende do conhecimento de mundo e partilhado entre os interlocutores, da relação que se estabelece ou já existente entre esses sujeitos e do contexto em que se dá a interlocução. E dessa interpretação dependem os sentidos dos textos.

O potencial discursivo do substantivo é o que leva o autor (produtor do texto, enunciador) a optar por uma ou outra forma no ato da designação. E desse ato, ou seja, dessa escolha, efeitos pragmáticos e estilísticos são produzidos, associados às qualidades semânticas do nome escolhido.

Além de nomear, definir e designar, os substantivos que usamos revelam modos de compreender o mundo e constituem, em si mesmos, atos de linguagem que acrescentam um componente expressivo à significação dos enunciados. Muitas vezes, além desses atos realizados propriamente pelos substantivos, e em decorrência deles, outros atos são realizados: dos sentidos a que correspondem, efeitos são provocados nos interlocutores e na realidade social. Esta, ao mesmo tempo que produz os objetos-de-discurso, articula-se com eles e é por eles influenciada, reafirmada ou modificada.

A nominalização pode contar com os processos de formação de palavras e com a construção metafórica para realizar as funções: semântica, expressiva e comunicativa, na criação de novos termos ou no reaproveitamento de um termo, com extensão de sentido, para nomear novas realidades.

Gostaríamos de concluir essa etapa da investigação da iconicidade do substantivo, evocando as seguintes palavras de Searle:

> ignorar o emprego 'comprometido' das palavras significa, em última análise, ignorar a própria linguagem, pois falar uma língua (...) consiste na realização de actos de fala, de acordo com regras, e nada há que separe esses actos de fala dos compromissos a que dão origem e que são o seu elemento essencial. (Searle, 1981: 261.)

O tratamento semiótico-interacionista contribuiu para o desvendamento da potencialidade semântica do substantivo, porque foi sensível aos fatores da discursividade implicados na escolha dos nomes, não perceptíveis com uma visão exclusivamente lingüístico-gramatical do signo verbal.

Se nossas hipóteses se confirmarem no nível da generalização, o substantivo pode ser entendido como signo em três níveis: *indicial*, na relação referencial com o seu objeto; *icônico*, considerado na instância mesma da *referenciação*, onde um conjunto de interpretantes "dispersos, mas aquecidos" (Santaellla, 2004: 112 e seção 2.8 deste) concorrem para um (ou mais) sentido(s) real(is), pragmático(s). E *simbólico*, quando seu significado, condicionado por fatores icônicos e/ou indiciais, torna-se arbitrário, convencional.

A investigação da iconicidade do substantivo não se esgota aqui nem na extensão desta pesquisa no nível da generalização. Outros fatores da iconicidade podem ser investigados mais especificamente, tendo em vista a construção dessa iconicidade, entre eles: os graus de subjetividade, a historicidade, o conhecimento prévio, a influência do contexto e outros aspectos da interlocução.

Esperamos, com esta pesquisa, ter contribuído para um ensino mais avançado e mais significativo da leitura, em termos da autonomia intelectual que se deve almejar para o educando, quando as metas desse ensino são a inclusão social e o exercício pleno da cidadania, nos quais está implicada a competência comunicativa.

De acordo com Simões,

> Um ensino voltado para a eficiência comunicativa tem de pautar-se na relatividade dos signos e significados, ao mesmo tempo que precisa propiciar a percepção/interpretação da conexão entre aqueles na dinâmica da produção de sentidos. Nesse plano atua a teoria semiótica, uma vez que gerencia as oposições e correlações construídas na superfície dos textos e viabiliza a produção de interpretações plausíveis, ainda que não únicas. (Simões, 2004-3.)

A iconicidade do substantivo é um aspecto modalizador do discurso, está presente na comunicação e demanda uma atenção especial, por meio de uma investigação de base semiótica, no ensino da leitura e da língua nacional.

6- BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ieda Maria (2004) *Neologismo: Criação Lexical*. São Paulo: Ática.

APOTHÉLOZ, Denis & REICHLER-BÉGUELIN,M.-J. (1995) *Construction de la référence et stratégies de désignation*. **In** BERRENDONNER, A. E REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (EDS.). *Du sintagme nominal aux objets-de-discurs*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel (pp.363-397).

_____ & CHANET, Catherine (1997) *Defini et démonstratif dans les nominalizations*. **In** DE MULDER, Walter & VETTERS, Carl (eds.) *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi (pp.159-186).

ARISTÓTELES (1969) *Arte retórica e arte poética*. Trad. de Antonio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. (Especialmente: Poética, XXI e XXII; Retórica, II, III, -IV, -X e XI.)

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1990) *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **In** *Cad. Est. Ling.* (19), jul./dez. 1990. Campinas: UNICAMP.

AUSTIN, J. L. (1962) *How to Do Things with Words*. Oxford.

AZEREDO, José Carlos Santos de (2000) *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov) (1979) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora HUCITEC.

_____ (1997) *Estética da criação verbal*. Trad. do francês por: Maria Ermantina Galvão G. Pereira; rev. da trad. Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes – (Coleção Ensino Superior)

BASILIO, Margarida (2004-1) *Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

_____ (2004-2) *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.

BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna.

BEZERRA, Paulo (2005) (p. 191-200) *Polifonia*. **In**: BRAIT, Beth (org.): *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto (p. 191-200).

BLIKSTEIN, Isidoro (1985) *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix.

CAL, Ernesto Guerra da (1981) *Língua e Estilo em Eça de Queiroz*. Coimbra: Almedina.

CÂMARA Jr., J. Mattoso (1962) *Ensaios Machadianos*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

_____ (1964) *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: Lucerna.

_____ (1980) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes.

CARVALHO, J. G. Herculano de (1969) *Inovação e criação na linguagem: A Metáfora* e *Sobre a criação Poética*, ambos **in**: *Estudos lingüísticos*. Vol. 2. Coimbra: Atlântida ed., respectivamente pp. 105 a 128 e 169 a 190.

CASTRO, Walter de (1978) *Metáforas Machadianas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A.

CEREJA, William (2005) *Significação e Tema*. **In**: BRAIT, Beth (org.): *Bakhtin, conceitos-chave*. São Paulo: Cntexto (p. 201-220).

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique (orgs.) (2004) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.

COHEN, Jean (1974) *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo: Cultrix.

COSERIU, Eugenio (1955) *La criación metafórica en le lenguaje*. Montevidéu, Publ. del Instituto de Filologia.

COSTE, D. (1997) *Leitura e competência comunicativa*. **In**: GALVES, C. (org.) *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes.

CULIOLI, A. (1973) *Sobre algumas contradições em lingüística*. **In**: *Communications*, no. 20.

DIJK, Teun Adrianus van ([1994], 1995) *Cognitive Context Models and Discourse Processing* (mimeo.)

_____ (1997) *Cognitive Context Models and Discourse* (mimeo.).

_____ (2002) *Cognição, Discurso e Interação* (org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 4. ed. São Paulo: Contexto - (*Caminhos da Lingüística*).

FERNANDES, Eulália. (1998) *Classes de palavras: um passeio pela História D. e d. D.) e uma proposta de análise morfo-funcional*. **In**: VALENTE, André Crim. (org.) *Língua lingüística e literatura*. Rio de janeiro: EdUERJ.

FRANCIS, Gill (1994) Labelling Discourse: an Aspecto of Nominal-Group Lexical Cohesion. **In** COULTHARD, Malcolm (ed.) Advances in Written Text Analysis. London: Routledge.

FREITAS, Maria Noêmi Freire da Costa (2007) *Iconicidade e leitura*. Comunicação apresentada no I COLÓQUIO DE SEMIÓTICA. Rio de Janeiro: UERJ, out-2007. Disponível na Internet:

http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/doc/40.doc

FAIRCLOUGH, Norman (2001) *Discurso e Mudança Social.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FERNANDES, Eulália (1998) *Classes de Palavras: um passeio pela história (a. D. e d. D.) e uma proposta de análise morfo-funcional*. **In**: VALENTE, André Crim (org.); *Língua, Lingüística e Literatura.* Rio de Janeiro: EdUERJ (p. 139-151).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (s/d) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1. ed. 14. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HENRIQUES, Cláudio Cezar & SIMÕES, Darcilia Marindir P. (orgs.) (2003) *A Redação de Ttrabalhos Acadêmicos: teoria e prática.* 2. ed., Rio de Janeiro: EdUERJ.

HENRY, Albert (1971) *Métonymie et Métaphore*. Paris: LIb. C. Klinsieck.

HOUAISS, Antônio (2004) *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.05. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva.

JAKOBSON, Jakobson (1962) *Selected Writings, S'Gravenhage*.

KATO, Mary (2007) *O Aprendizado da Leitura.* 6. ed. (1. ed.: 1985), São Paulo: Martins Fontes.

KLEIMAN, Ângela (1997) *Texto e Leitor: aspectos cognitivos da* leitura. 5. ed. Campinas: Pontes.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (2001) *A Inter-ação pela Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto - (*Repensando a língua portuguesa*)

_____ (2004) *Introdução à Lingüística Textual.*

São Paulo: Martins Fontes (cap. 5).

KONRAD, Hedwig (1958). *Étude sur la Métaphore*. 2. ed. (conf. à la première). Paris: Philosophique J. Vrin.

LAPA, M. Rodrigues (1977) *Estilística da Língua Portuguesa*. 9. ed. rev. e ampl. Coimbra: Coimbra Ed. Ltda.

MACHADO, Carlos (2006) *Canções do Exílio.* Poesia.net. Disponível na Internet: http://www. algumapoesia.com.br

MACHADO, Irene (2005) *Gêneros Discursivos*. **In***:* BRAIT, Beth (org.): *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto (p. 151-166).

MAGALHÃES, Célia (2001) *A Análise Crítica do Discurso Enquanto Teoria e Método deEestudo*. ***In:*** MAGALHÃES, C. (org.) *Reflexões Sobre a Análise Crítica do Discurso* Belo Horizonte: FALE/UFMG (p. 15-30).

MAINGUENEAU, Dominique (1996) *Noções de Pragmática. In: Pragmática para o Discurso Literário*. Tad. rev. São Paulo: Martins Fontes 1996 - (*Coleção Leitura e Crítica*)

MARQUES, Maria Helena Duarte (2003) *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

MARTINS, Francisco (1991) *O Nome Próprio: da gênese do EU ao reconhecimento do outro*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

MARTINS, Nilce Sant'anna (1989) *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.

MEURER, J. L. (2005) *Gêneros Textuais na Análise Crítica de Fairclough*. *In*: MEURER, J. L. *et alii* (orgs.) *Gêneros: Teorias, Métodos, Debates* (2005). São Paulo: Parábola Editorial.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, D. (1995) *Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation*. **In** BERRENDONNER, A. & REICHLER-BÉGUELIN *Du sintagme nominal aux objets -de-discours.* Neuchâtel: Université de Neuchâtel (pp. 273-305).

MORIN, Edgard (1996) *O Método III. O conhecimento do conhecimento/1*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.

NEVES, Maria Helena de Moura (1990) *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto.

_____ (2001) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Ago. 2005-1: *Como tornar as teorias sobre a linguagem aplicáveis ao ensino do português*. Comunicação apresentada pelo autor no IX Congresso Nacional de Lingüística e Filologia – UERJ – (impresso)

_____ (2005-2) *Gêneros Textuais e Conceitos Afins: questões teóricas*. (Apresentação no VIII Fórum de Estudos Lingüísticos - UERJ: 2005.) **GÊN_FORUM_05_P_PUBLIC [HD4 + H45]** – (impresso)

PE. DIAS PALMEIRA (versão do grego, prefácio e notas) (1994) *Platão: Crátilo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

PAES, José Paulo (2001) *Socráticas: poemas*. São Paulo: Companhia das letras,

PCN LP: Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERINI, Mário (1997) *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática.

PINILLA, Maria Aparecida M. de. (2004) *Algumas reflexões a respeito das classes de* palavras. **In** VIEIRA, Silvia Rodrigues e BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (orgs.) *Morfossintaxe e Ensino de Português: reflexões e propostas* . Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ (p. 113-124).

PORZIG, Walter (1964) *El Mundo Maravilhoso del Lenguaje (Problemas, Métodos y Resultados de la Lingüística Moderna)* (Trad. de Abelardo Moralejo). Madrid: Gredos.

POSSENTI, Sírio (2001) *Discurso, Estilo e Subjetividade*. 2. ed. SP: Martins Fontes (Texto e Linguagem)

PRINCE, Ellen F. (1981) *Toward a Taxonomy of Given-New Information.* **In** COLE, P. (ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press.

ROTH, E. M. & SHOBEN, E. J. (1983) *The Effect of Context on the Structure of Categories. Cognitive Psychology*, 15 (346-378).

SANTAELLA, Lucia (2001) *Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado.* São Paulo: Hacker Editores.

_____ (2002) *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____ (2004) *A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

SAUTCHUK, Inez (2003) *A Produção Dialógica do Texto Escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno*. São Paulo: Martins Fontes.

SCOTT, M. (1983) *Lendo nas entrelinhas*. *Cadernos PUC*, 16, pp. 101-124.

SEARLE, John R. (1981) *Os Actos de Fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da (2005) *Pragmática: a ordem* dêitica *do discurso: as representações do **EU** e seus efeitos de sentido*. Rio de Janeiro: ENELIVROS.

SIMÕES, Darcilia. (1999) *Leitura e Produção de textos: Subsídios semióticos*. **In** VALENTE, André (org.). Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (2002-1) *De Quando a Escolha das Palavras é Novelo no Labirinto do Texto.* UERJ. Disponível em <http//www.darcilia.simoes.com >.

UERJ. Disponível em <http//www.darcilia.simoes.com >.

_____ (2002-2) *Comunicação em Tempos de Crise: signos em intercâmbio*. **In** HENRIQUES, Claudio Cezar e PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (orgs.) *Língua e Transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto - (Acadêmica).

_____ (2002-3) *Coesão, Coerência e Cognição em Prespectiva Semiótica*. **In** *Caderno Seminal* - ano 8 - no. 13: SEMÓTICA – CIÊNCIA, MÉTODO E INTERDISCIPLINARIDADE. Rio de Janeiro: UERJ/Dialogarts.

_____ (2003) *Semiótica e Ensino: seflexões teórico-metodológicas sobre o livro-sem-legenda e a redação*. Rio de Janeiro: Dialogarts.(Tese de doutoramento apresentada em 1997.)

_____ (2004-1) *Subsídios para a Análise dos Conteúdos Textuais*. **In** *Matraga* – v. 16. Rio de Janeiro (p.101-124).

_____ (2004-2) *Semiótica e Alternativas Metodológicas para a Leitura e Produção de Textos*. **In** SIMÕES, Darcilia (org.) *Estudos Semióticos: Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Dialogarts. Disponível na Internet: <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/estudossemioticos.pdf>

_____ & Márcio Bonin (2004-3) *Política e ensino do idioma: língua e inclusão social*. Comunicação apresentada no II Seminário de Educação: Memória(s), História(s) e Educação Fios e Desafios na Formação de Professores – 4 e 5/08/2004.

_____ (2005-1) *Língua, Cognição e Iconicidade: metáforas e imagens*. UERJ. Disponível na Internet: http//www.darcilia.simoes.com . Acesso em 18 de setembro de 2005.

_____ (2005-2) (p. 175-89) *A Legibilidade dos Textos: recursos lingüísticos em perspectiva icônica*.. **In** *Caderno Seminal Digital*. Rio de Janeiro (p. 175-89).

_____ (2006-1) *Seleção Lexical e Iconicidade Diagramática*.

SBPC, Abralin, UFSC.

_____ (2006-2) *Projeto de texto e iconicidade: uma reflexão sobre a eficácia comunicativa*. Texto apresentado em conferência no X Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: UERJ, agosto de 2006.

_____ & DUTRA, Vânia Lucia R. (2007) *A Iconicidade, a Leitura e o Projeto do Texto*. Abralin, UFMG.

SOUZA, Geraldo Tadeu (2002) *Introdução à Teoria do Enunciado Concreto do CírculoBakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2. ed. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2000) *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de 1º. E 2º. Graus*. São Paulo: Cortez.

_____ (2003) *Gramática ensino plural*.São Paulo: Cortez.

ULLMANN, Stephen (1987) *Semântica: uma introdução à ciência do significado.* Lisboa: Ed. Calouste Gulbekian.

VALENTE, André (1994) *A Linguagem Nossa de Cada Dia*, apresentação Caetano Veloso, Rio de Janeiro: Leviatã Publicações.

_____ (2005-1) *Produtividade Lexical: criações neológicas*. **In** PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino e GAVAZZI, Sigrid: *Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino*.

_____ (2005-2) *Guimarães Rosa e Dias Gomes: uma comparação de neologismos literários*. UERJ/FACHA/IBMEC, **In** apostila para o curso Produtividade Lexical em Diferentes Linguagens, da disciplina Lexicografia e Lexicologia da Língua Portuguesa, do Programa de Mestrado em Língua Portuguesa, UERJ.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore (2001) *Gramática da Língua Portuguesa.* Coimbra: Almedina.

YLLERA, Alicia (1979) *Estilística, poética e semiótica literária*. Coimbra: Almedina.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo